



Região **C**ompetitiva, **R**esiliente, **E**mpreendedora e
Sustentável com base na valorização do **C**onhecimento

PLANO de AVALIAÇÃO do PO CRESCE ALGARVE 2020

Relatório Síntese dos Resultados das Avaliações

dezembro 2022

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	4
INTRODUÇÃO	6
I. APRESENTAÇÃO DAS AVALIAÇÕES REALIZADAS	7
II. PRINCIPAIS CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES (POR EIXO PRIORITÁRIO / PI, INDICADORES DE RESULTADOS E REALIZAÇÃO)	10
III. ANÁLISE SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	41
ANEXOS	44
ANEXO 1. AVALIAÇÕES DO PGA PT2020/PA PO ALGARVE 2020 REALIZADAS	44
ANEXO 2. MODELOS DOS QUADROS 1 E 2 A PREENCHER NO ÂMBITO DO <i>FOLLOW-UP</i> DE CADA AVALIAÇÃO	48
ANEXO 3. SÍNTESE DO <i>FOLLOW-UP</i> DAS AVALIAÇÕES (QUADRO 3 DO MODELO DE <i>FOLLOW-UP</i>)	49

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABT – Avaliação Baseada na Teoria
ACF – Avaliação Contrafactual
AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP
AG – Autoridade de Gestão
AP – Acordo de Parceria
Art. – Artigo
CA – Comité de Acompanhamento
CCF – Comissão de Coordenação para o FEAMP
CCN – Comissão de Coordenação Nacional para o FEADER
CCV – Compromisso para o Crescimento Verde
Cf. – Conferir
CE – Comissão Europeia
CIC Portugal 2020 – Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria
CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social
DG AGRI – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia
DG Emprego – Direção Geral de Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão da Comissão Europeia
DG Mar – Direção Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia
DG Regio – Direção Geral de Política Regional da Comissão Europeia
DGPM – Direção Geral de Política do Mar
DL – Decreto-Lei
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DT – Domínio Temático
EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente
EM – Estado Membro
EP – Eixo Prioritário
FC – Fundo de Coesão
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FSE – Fundo Social Europeu
Fundos da Política da Coesão – Fundos Estruturais (FSE e FEDER) e Fundo de Coesão (FC)
GCA – Grupo de Coordenação da Avaliação
GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (Ministério da Agricultura e do Mar)
IEJ – Iniciativa Emprego Jovem
IES – Instituição de Ensino Superior
IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP
NEET – *Not in Employment, Education or Training* (Nem em Emprego, nem em Educação ou Formação – NEEF)
OI – Organismo Intermédio
OT – Objetivo Temático
PGA PT2020 – Plano Global de Avaliação do Portugal 2020
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
PI – Prioridade de Investimento
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Pequenas e Médias Empresas
PNR – Plano Nacional de Reformas
PO – Programa Operacional
PO AT – Programa Operacional Assistência Técnica
PO CH – Programa Operacional Capital Humano
PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PO MAR – Programa Operacional Mar 2020 (PO MAR 2020)
PO SEUR – PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
POR – Programas Operacionais Regionais

POR-C – Programas Operacionais Regionais do Continente
POR-RA – Programas Operacionais Regionais das Regiões Autónomas
POT – Programas Operacionais Temáticos
PT2020 – Portugal 2020
QA – Questões de Avaliação
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
RA – Região Autónoma
Rede M&A ou RM&A – Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020
REG – Regulamento
RIS3 – Estratégias de Especialização Inteligente
UE – União Europeia
VAE – Valor Acrescentado Europeu

Ficha Técnica:

Título: Plano de Avaliação do CRESALGARVE 2020 – Relatório Síntese dos Resultados das Avaliações (Extraído do Relatório Síntese do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020)

PGA PT2020 - Documento aprovado, por consulta escrita, na Deliberação n.º 40/2021, de 29 de dezembro de 2021, da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, que deu origem à 6.ª revisão do Plano de Avaliação do CRESALGARVE 2020, aprovado a 7 de março de 2022 por consulta escrita à Comissão de Acompanhamento.

INTRODUÇÃO

O Plano de Avaliação do Programa Operacional do Algarve está integrado no âmbito do [Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 \(PGA PT2020\)](#) que enquadra e estrutura a função de avaliação no Portugal 2020, definida no Acordo de Parceria e regulamentada no Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro, e responde à obrigatoriedade de apresentação de um Plano de Avaliação prevista no Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – REG (UE) 1303/2013 Art. 56º 1 e 114º 1.

Dando coerência operacional ao previsto no Acordo de Parceria, o Plano de Avaliação do PO Algarve integra as avaliações a realizar no âmbito dos FEEI, ou seja, inclui para além dos Fundos da Política da Coesão – Fundos Estruturais (FSE e FEDER) e Fundo de Coesão (FC) – o FEADER e o FEAMP, apresentando-se no caso destes dois últimos fundos, como complementar ao referido plano de avaliação.

A articulação do **Plano de Avaliação do PO Algarve** com o PGA PT2020 é assegurada pela existência de uma parte comum (capítulos I e II) e de uma parte específica que corresponde às avaliações previstas no Capítulo III, às quais o PO Algarve está associado.

Concebido no seio da **Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020**, é um instrumento de planeamento desenvolvido, implementado e monitorizado em parceria entre as entidades responsáveis pela coordenação dos fundos (AD&C, CCN e CCF) e a Autoridade de Gestão do PO Algarve.

Estruturado em três partes, o presente relatório síntese pretende sistematizar a informação relevante que deriva dos diferentes instrumentos de avaliação previstos no PA do PO Algarve 2020.

Na primeira parte efetua-se uma breve apresentação agregada das avaliações realizadas ou previstas realizar, incidentes em medidas inscritas no **Programa Operacional do Algarve**, sustentada por um quadro síntese em anexo. A segunda parte compila as conclusões mais significativas de cada avaliação, desagregadas por eixos prioritários e propriedades de investimento, às quais correspondem indicadores de realização e resultado inerentes às constatações produzidas. A terceira parte estabelece e sintetiza os principais resultados das avaliações, que preconizam atuação por parte da **Autoridade de Gestão**, para mitigar e responder de forma atinente à adoção de medidas consideradas adequadas, em linha com as constatações proferidas.

I. APRESENTAÇÃO DAS AVALIAÇÕES REALIZADAS

No âmbito do Plano de Avaliação do PO Algarve (PA do PO Algarve) foram desenvolvidas **20** avaliações e encontram-se **3** em curso (cf Figura 1 e Anexo 1, apresentando todas as avaliações do PGA PT2020 e identificando as avaliações em que o PO Algarve participa). Assim, das 30 avaliações previstas no PA do PO Algarve inicial, serão realizadas **23** avaliações. As restantes **7** avaliações, uma está prevista no PGA PT2020 e 6 foram anuladas. As razões para a anulação de 6 avaliações prendem-se sobretudo com a integração dos objetos dessas avaliações noutras avaliações ou na oportunidade de avaliar impactos face à produção de resultados num determinado momento.

Foram desenvolvidos três tipos de avaliações, em função do seu objetivo – **4 ex ante dos Instrumentos Financeiros**, **6 de processo** e **13 de impacto**. A predominância para estas últimas está em linha com o princípio de orientação para os resultados.

Estas avaliações têm diferentes incidências: **2 Globais** (que cobrem todo o PT2020), **4 Territoriais** (que avaliam políticas territorializadas), **16 Temáticas** (focadas em conjuntos de intervenções concretas, em regra cobrindo prioridades de investimento e/ou objetivos específicos partilhados por mais que um PO) e **1 de Programa** (que incide sobre o PO Algarve e o PO AT, e que combina meta-análises das avaliações temáticas, territoriais e globais, com análises específicas para as áreas não cobertas por estas). Prevaecem as avaliações Temáticas, transversais a vários PO, dada a lógica de programação do PT2020, nomeadamente a forte inter-relação entre os PO Temáticos e os PO Regionais.

Os **produtos** das avaliações concluídas (Relatório Final – que inclui resumo em português e inglês – Sumário Executivo em português e inglês, Síntese gráfica e *Policy Brief*) estão disponíveis nos sites do [PO Algarve 2020](#), do [Portugal 2020](#) e da [AD&C](#). Todos os produtos foram elaborados pelas equipas de avaliação externas, e aprovados pela entidade contratante, com exceção dos *Policy Brief*, que são elaborados pela AD&C, em estreita articulação com as entidades contratantes, no caso da Avaliação Intercalar do PO Algarve 2020, em articulação com a AG.

Para todos os exercícios de avaliação foram **constituídos Grupos de Acompanhamento** que integram representantes das entidades com responsabilidades e/ou competências específicas nas dimensões em apreço.

Todas as avaliações são objeto de divulgação pública alargada, através de sessões públicas ou diferentes canais e suportes de comunicação que visam promover a divulgação e, sobretudo, uma discussão mais ampla dos resultados das avaliações.

A etapa final do processo avaliativo é materializada pelo **encaminhamento e acompanhamento da implementação das recomendações produzidas pelas avaliações (follow-up)**. O PGA PT2020 e o PA do PO Algarve definem um circuito e um conjunto de procedimentos para este processo de *follow-up*, que consta no documento [Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 \(follow-up\)](#).

Do balanço efetuado na Rede de Monitorização e Avaliação (Rede M&A) para o PGA PT2020, destacam-se os principais pontos fortes e constrangimentos identificados por fase do ciclo avaliativo do Portugal 2020 – i) Planeamento da Avaliação do Portugal 2020, ii) Preparação de cada avaliação, iii) Implementação das avaliações e iv) *Follow-up* e comunicação, os quais encontram-se descritos no relatório síntese do PGA PT2020.

Na primeira versão do Plano de Avaliação do PO Algarve estavam previstas duas avaliações financiadas integralmente pelo PO Algarve, designadamente a **Avaliação do contributo dos FEEI para os objetivos do PO por eixo prioritário (avaliação intercalar) – PO Algarve** e a **Avaliação da plataforma de concertação estratégica da região do Algarve: operacionalização e primeiras realizações**, com um orçamento inicial de 45 mil € e 25 mil €, respetivamente. Atendendo ao número elevado de avaliações, foi decidido, em articulação com a AD&C, incorporar as questões de avaliação previstas para a Avaliação da plataforma de concertação estratégica da região do Algarve na Avaliação Intercalar do PO Algarve, bem como reforçar o orçamento inicial dessa avaliação para 80 mil €. O preço final do contrato da Avaliação Intercalar foi de 74.244,00 €.

Figura 1 - Lista das avaliações a realizar por Programa (Continua)

Lista de avaliações PT 2020		Tipo de Avaliação	Calendário da Avaliação									Programas												Responsável pela Avaliação	Preço Contratado	Equipa da Avaliação			
		Processo (P) Impacto (I) ABT (Avaliação Baseada na Teoria) ACF (Avaliação Contractual)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	PO AT	PO CI	PO CH	PO IE	PO SEUR	PO NORTE	PO CENTRO	PO ALENTEJO	PO LISBOA	PO ALGARVE	PO AÇORES	PO MADEIRA	PDR CONTINENTE				PDR AÇORES	PDR MADEIRA	PO MAR 2020
Globais	3. Avaliação do Impacto macroeconómico do Portugal 2020	IABT																									AD&C	63.000	Fac. Economia Univ. Porto
	5. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar	I (meta-análise) ABT																									DGPM	181.980	EY
	6. Meta-avaliação do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020	Meta-avaliação																									AD&C		
Programa	7. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização	I (meta-análise) ACF e ABT																									AG PO CI	145.502	EY
	8. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego																										AG PO IE	174.825	IES/ISCITE/PPLL consult
	9. Avaliação intercalar do Programa Operacional Capital Humano																										AG CH	92.720	Quaternaire
	10. Avaliação do contributo dos FEEI para os objetivos do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos																										AG PO SEUR	121.670	3Drives/Systemic Sphere
	11. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020																										AG PO Norte	89.000	CEDRU
	12. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020																										AG PO Centro	112.060	CEDRU
	13. Avaliação intercalar do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020																										AG PO Alentejo	89.740	CEDRU
	14. Avaliação intercalar do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020																										AG PO Lisboa	73.450	EY
	15. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Algarve																										AG PO Algarve	74.244	EY
	16. Avaliação Intercalar do Programa Operacional dos Açores 2014-2020																										AG PO Açores	63.000	Quaternaire
	17. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional Madeira 14-20																										AG PO Madeira	84.340	EY
	49. Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Assistência Técnica 2014-2020																											AD&C	59.975
Temáticas	Competitividade e Internacionalização	18. Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas	I (QREN) ACF																								AD&C	74.686	DINÂMIA CET-ISCITE-IUL
		19. Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020	P																								AD&C	119.700	AMA / EY / Católica Porto
		20. Avaliação do impacto do Sistema de Incentivos à Inovação Empresarial na concorrência	IACF e ABT																								AG PO CI	138.480	EY
		21. Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento	I (QREN) ABT																								AD&C	70.000	AMA / EY / CEGEA
		22. Avaliação do contributo dos FEEI para a modernização e capacitação da administração pública	I (QREN) / le P (PT2020) ABT																								AD&C	106.850	ImproveConsult / IES
		23. Avaliação da Implementação da Estratégia Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RISS): Rede, Realizações e Resultados Esperados	P																								AD&C	82.900	Quaternaire
		26. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para o apoio direto às empresas (Lote 1) (*)	Ex ante IF / Processo																								AD&C	101.000	Augusto Mateus e Associados (AMA)

Legenda: Em curso Concluídas

Lista das avaliações a realizar por Programa (Continuação)

Lista de avaliações PT 2020			Tipo de Avaliação	Calendário da Avaliação									Programas												Responsável pela Avaliação	Preço Contratado	Equipa da Avaliação			
			Processo (P) Impacto (I) ABT (Avaliação Baseada na Teoria) ACF (Avaliação Contextual)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	PO AT	PO CI	PO CH	PO ISE	PO SEUR	PO NORTE	PO CENTRO	PO ALENTEJO	PO LISBOA	PO ALGARVE	PO AÇORES	PO MADEIRA	PDR CONTINENTE				PDR AÇORES	PDR MADEIRA	PO MAR 2020
Temáticas	Inclusão Social e Emprego	27. Avaliação da implementação, eficácia e eficiência da Iniciativa Emprego Jovem (IEI)	P																								AG PO ISE	59.500	CE5OP (Univ. Católica)	
		28. Avaliação do impacto da Iniciativa Emprego Jovem (IEI)	IACF e ABT																									AG PO ISE	129.950	IESE
		29. Avaliação das medidas de promoção de Inovação social	P																									AG PO ISE	102.300	Quaterna ire
		31. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a inovação e empreendedorismo social, para o microempreendedorismo e criação do próprio emprego e para os empréstimos a estudantes do ensino superior (Lote 2)	Ex ante IF /Processo																									A D&C	53.565	Quaterna ire
		50. Avaliação do impacto das medidas de emprego apoiadas pelo MADEIRA14-20	IABT																									AG PO Madeira	40.990	ADNOVAIMS
	Capital Humano	32. Avaliação do contributo dos FEEL para a formação avançada	I (QREN e PT2020) ABT																									AG PO CH	74.950	IESE / ImproveConsult / PPLL
		34a) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e (re)inserção no mercado de trabalho dos adultos	IACF e ABT																									AG PO CH	105.000	EY
		34b) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a melhoria das qualificações e melhoria da qualidade dos empregos dos adultos empregados	IACF e ABT																									AG PO CH	111.000	EY
		35. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens	IACF e ABT																									AG PO CH	118.050	IESE / ISTCE-IUL / PPLL
		36. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento dos diplomados do ensino superior	I (QREN e PT2020) ACF																									AG PO CH	-	PO CH / CRIE
	Sustentabilidade	51. Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a digitalização da educação	I (PT2020) ABT																									AG PO CH	94.500	EY
		38. Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono	P e IABT																									AG PO SEUR	107.500	CEDRU / EY-AMA
		39. Avaliação da implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas	IABT																									AG PO SEUR	99.825	Athlis
	Outras	40. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a eficiência energética e gestão eficiente da água e dos resíduos (Lote 3)	Ex ante IF / Processo																									A D&C	51.000	CEDRU
		41. Avaliação da aplicação de custos simplificados	P (QREN e PT2020)																									A D&C	80.038	IESE / PPLL / ABC
Territoriais		42. Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial I do Portugal 2020 no Contexto da Convergência e Coesão Territorial	P																								A D&C	85.000	AMA / EY	
		43. Avaliação da operacionalização de Instrumentos Territoriais	P																								A D&C	177.500	ISCTE/PPLL	
		46. Avaliação do impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	I (QREN) ABT																									AG PO ISE	63.75.25	IESE / PPLL / ImproveConsult
		48. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas (Lote 4)	Ex ante IF / Processo																									A D&C	52.000	Augusto Mateus e Associados (AMA)

Nota: Esta lista não inclui avaliações específicas definidas nos PDR e PO MAR

Legenda: Em curso Concluídas

II. PRINCIPAIS CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES (POR EIXO PRIORITÁRIO / PI, INDICADORES DE RESULTADOS E REALIZAÇÃO)

Do universo de avaliações previstas no PA do PO Algarve 2020 resultou um alargado número de conclusões, com diferentes níveis de incidência, de carácter transversal ou mais específicas e focadas, que visam, todas elas, melhorar o desempenho do Programa e robustecer o impacto das medidas de política no quadro das prioridades de investimento mobilizadas, que se traduzem e monitorizam através dos indicadores de realização e resultado que, em sede de programação, foram seleccionados.

A tabela seguinte sintetiza as principais conclusões presentes em cada uma das avaliações, estabelecendo, quando aplicável, ligações com as prioridades de investimento a que se referem, procurando evidenciar e constatar falhas, limitações ou boas práticas inerentes aos impactos e efeitos das medidas avaliadas.

No que respeita aos indicadores de realização e resultado, sempre que aplicável, por avaliação, optou-se por sistematizá-los em conjunto, agregando todos os que se encontram vinculados às medidas avaliadas e às respetivas prioridades de investimento.

Principais conclusões das Avaliações (Continua)

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
Avaliações Globais					
n.a.		Durante o período de execução o Portugal 2020 (2015-2023) será responsável por um acréscimo médio de 1,3% do PIB face a um cenário sem a intervenção dos FEEI (<i>steady state</i>). Efeitos sobre o PIB atingem um máximo de 2,3% em 2022, sendo que esse efeito ao fim de 20 anos é ainda de 1,6%. Efeitos sobre o PIB são acompanhados por impactos positivos e duradouros sobre a <u>Produtividade e os Salários reais</u>. Efeitos sobre o Emprego são positivos (sobretudo dos trabalhadores mais qualificados), mas ocorrem apenas durante o período de execução. Efeito positivo sobre as <u>Exportações</u> é acompanhado por um aumento das <u>Importações</u> (sobretudo no período de execução dos FEEI), que conduz a um agravamento da Balança de Bens e Serviços no período de execução dos FEEI. Em termos acumulados, a intensidade e persistência dos impactos do Portugal 2020 traduz-se num <u>efeito multiplicador do PIB</u> de 3,01 até 2073. Efeito é impulsionado, sobretudo, pelos investimentos no domínio do Capital Humano (cujo multiplicador é superior a 7, e pelo Investimento Público em infraestruturas produtivas e de transportes (cujo multiplicador é de 2,66). São as <u>regiões</u> menos desenvolvidas que evidenciam maiores efeitos relativos sobre o PIB, medidos pelo rácio entre os efeitos sobre o PIB observados em cada região e os efeitos observados a nível nacional. Nos Açores, esse rácio é 2,2 vezes o impacto médio nacional, seguido pelo Alentejo (1,8) Norte (1,4) e Centro (1,3). Se considerada a “quota” de cada região nos impactos a nível nacional sobre o PIB, são as regiões Norte e Centro que absorvem a maior parte dos ganhos, representando, respetivamente, 40,4% (compara com 37,9% dos fundos do Portugal 2020 alocados à região) e 23,5% (26,6%) do total, seguidas pela AML, com 13,7% (8,8%). O mix de instrumentos de apoio mobilizados em cada região, a composição setorial da economia regional e intensidade do fator capital humano e as diferenças na estrutura de comércio entre regiões explicam multiplicadores do PIB regional distintos, com a AML (e, em menor grau, o Norte e o Algarve) a apresentar um multiplicador superior ao das restantes regiões. Os Impactos do <u>PT2020</u> são semelhantes, ainda que marginalmente menores, aos impactos estimados para o <u>QREN</u> (2007-2014). Essa diferença é, em parte, resultado de um menor efeito multiplicador de intervenções do Capital Humano no Portugal 2020, fruto da melhoria das qualificações de base da população no arranque deste período de programação (que beneficiou do contributo das intervenções QREN).	n.a.	n.a.	3. Avaliação do Impacto macroeconómico do Portugal 2020

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
Programa					
2	3.1 3.2 3.3	Instrumentos de apoio ajustados e capazes de induzir uma procura qualificada, com exceção para o Empreendedorismo qualificado e criativo e os Instrumentos Financeiros. O insucesso dos IF está relacionado sobretudo com a pouca escala dos intermediários financeiros e do tecido empresarial mais propenso a este tipo de instrumentos (start-up e empresas tecnológicas).	– Número de empresas que recebem subvenções (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) – Número de empresas que recebem apoio (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 4.2, 8.8)	– Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos (PI 3.1)	15. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Algarve
2 5	3.1 3.2 3.3 8.5	Destaque pelos promotores do contributo dos projetos para a produção de novos ou substancialmente melhorados bens/ serviços, e para aumentar a inovação e diferenciação do portefólio global de oferta de bens/serviços. Patente o desvio do contributo esperado dos projetos para o aumento do emprego, refletindo um efeito geral de retração das empresas no período pandémico. No conjunto dos SI, destaca-se o Empreendedorismo Qualificado e Criativo pelo maior risco de incumprimento face aos resultados esperados.	– Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (PI 1.2, 3.2, 3.3) – Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) – Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (PI 1.2, 3.3)	– Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME (empresas até 250 trabalhadores) (PI 3.3) – Valor de exportações no Volume de Negócios nas PME (PI 3.2)	
5	8.1 8.9	O estímulo do emprego alicerçou-se fundamentalmente no apoio à realização de estágios e apoios à contratação - os quais se revelaram eficazes como estratégia de promoção do emprego – e na promoção da criação de emprego enquadrada na valorização dos recursos endógenos. Os projetos apoiados encontram-se numa fase inicial e como tal não permitem uma leitura de conjunto dos resultados, porém, na perspetiva dos promotores, o cumprimento das metas propostas será alcançado.	– Número de participantes desempregados que beneficiam dos apoios à contratação (PI 8.1) – Número de participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais (PI 8.1) – Número de estratégias específicas de valorização de recursos endógenos (PI 8.9)	– Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação/estágio profissional (PI 8.1) – Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (PI 8.9, 9.10)	
7	10.4	O Programa revelou uma boa capacidade de resposta no âmbito das políticas de apoio à formação dos desempregados. As modalidades de formação dirigidas às empresas, como a formação-ação e a formação enquadrada nos SI refletem a dificuldade de mobilização das empresas para a formação.	– Número de jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET) (PI 10.4)	– Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET) (PI 10.4)	
3 4	4.2 4.3 4.5 6.3	Na mobilidade urbana sustentável surgiram atrasos na execução que resultaram da elaboração do PAMUS. Na eficiência energética verificou-se uma fraca procura por parte das empresas que foi compensada por operadores públicos com bom ritmo de execução. No património cultural os objetivos foram cumpridos e na reabilitação as expectativas são de alcançar os resultados não obstante os constrangimentos no mercado de construção.	– Número de empresas com consumo de energia melhorado (PI 4.2) – Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa (PI 4.3) – Redução anual do consumo de energia primária (iluminação pública/edifícios públicos) (PI 4.3) – Número de planos de mobilidade urbana sustentável implementados (PI 4.5) – Aumento esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio (PI 6.3)	– Consumo de energia primária nas empresas (PI 4.2) – Consumo de energia primária na administração regional e local (PI 4.3) – Emissão estimada dos gases com efeito estufa (PI 4.5) – Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (PI 6.3)	
7	10.1 10.3	O Programa combinou o investimento em infraestruturas de ensino básico, formação de competências e medidas de promoção do sucesso educativo. As intervenções nos	– Número de escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do	– Aluno/a(s) das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em	

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
	10.5	equipamentos escolares permitiram uma resposta adequada a necessidades prementes do território, em particular nos concelhos do interior. O Programa apoiou ações de formação de docentes e outros agentes, cursos de educação-formação de jovens, projetos TEIP e a concretização do PNPSE, procurando atuar em diferentes facetas do fenómeno da retenção e abandono escolar. O Algarve não foi capaz de alcançar o objetivo de reduzir em 5 p.p. a taxa de abandono precoce de formação e educação (21,9% em 2014 para 19,9% em 2019), mantendo um grande afastamento face à média nacional (10,6% em 2019).	abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo (PI 10.1) – Número de participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1) – Número de adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional (PI 10.3) – Número de pessoas inscritas nos Centros Qualifica (PI 10.3) – Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (PI 10.5)	tempo normal os ciclos de estudo (PI 10.1) – Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 10.1) – Participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1) – Adultos certificados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional (PI 10.3) – Pessoas não desistentes no processo RVCC (PI 10.3) – Alunos do EB1 integrados em regime letivo normal (rede pública) (PI 10.5) – Taxa de cobertura do pré-escolar (% de crianças) (PI 10.5)	
	Transversal a várias PIs	Destaque para a objetividade e precisão dos AAC na informação transmitida aos potenciais beneficiários. Os critérios de seleção adotados foram globalmente adequados para captar procura qualificada, embora as exigências e especificidades da regulamentação comunitária sejam, por vezes, desproporcionais. Existe a necessidade de proceder a algumas melhorias na previsibilidade de abertura de concursos. Os requisitos processuais e a dinâmica regulamentar associados a este período de programação registaram uma considerável simplificação e crescente flexibilização. Persistência de condicionalismos em termos de eficiência operativa interfundos, que sinalizam lacunas e a necessidade de reforço contínuo da articulação entre PO que assume expressão relevante no PO Algarve. Questões processuais ou a priorização de outros investimentos condiciona operações de regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas.			
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	Os SI continuam a apresentar-se complexos e com elevadas exigências, na perspetiva dos utilizadores. Excessiva tendência para privilegiar novas abordagens, a cada novo quadro comunitário, em detrimento de dar continuidade às aprendizagens realizadas.	– Número de empresas que cooperam com instituições de investigação (PI 1.2) – Número de projetos de transferência e utilização de conhecimento (PI 1.2) – Número de empresas que recebem subvenções (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8)	– Despesa das empresas em I&D no VAB (PI 1.2) – Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações	
1 2 5	1.2 3.3 8.1	Os apoios às empresas não terão a expressão desejada na criação de emprego, numa Região que saiu mais fragilizada da pandemia, com o agravamento da taxa de desemprego. O Programa teve um papel importante para controlar o agravamento do desemprego, estimado			

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
6	8.3 8.5 8.8 9.6 9.10	em cerca de 5.500 trabalhadores por conta de outrem (7,1% do pessoal remunerado da Região em 2019) das empresas da região abrangidas nas medidas CRII - Qualificação e inovação das PME. O agravamento do desemprego terá igualmente condicionado o impacto desejável dos apoios do eixo 5 no aumento do emprego na região. Contudo, se se atender às evidências de anteriores avaliações, que comprovam que este tipo de medidas tem um efeito positivo na empregabilidade a médio prazo dos participantes, é de admitir que ter beneficiado do apoio constituiu uma maior proteção face ao desemprego.	- Número de empresas que recebem apoio (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 4.2, 8.8) - Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (PI 1.2, 3.2, 3.3) - Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) - Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (PI 1.2, 3.3) - Número de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo auto emprego (PI 8.3, 9.6) - Número de participações de desempregados em unidades de formação de curta duração (PI 8.5) - Número de pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas (PI 8.5) - Número de PME apoiadas em programas de formação-ação (PI 8.5) - Número de estratégias específicas de valorização de recursos endógenos (PI 8.9) - Número de estratégias DLBC apoiadas (PI 9.10)	- de produto (não PME do inquérito comunitário à inovação) (PI 1.2) - Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do sector empresas) (PI 1.2) - Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos (PI 3.1) - Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME (empresas até 250 trabalhadores) (PI 3.3) - Valor de exportações no Volume de Negócios nas PME (PI 3.2) - Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação (ações de apoio à contratação/estágio profissional) (PI 8.1) - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem empregadas 12 meses após o fim do apoio (PI 8.3) - Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas (PI 8.5) - Participações certificadas de desempregados em unidades de formação de curta duração (PI 8.5) - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio (PI 8.5) - Postos de trabalho (PI 8.8) - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem	
2	3.1 3.2 3.3	A ação do Programa permitiu induzir a desejada alteração do padrão de especialização produtiva. No conjunto dos apoios às empresas, observa-se a presença dos setores de maior peso regional. O PO contribuiu para um reforço das atividades de serviços intensivos em conhecimento.			

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
				empregadas 12 meses após fim do apoio (PI 9.6) - Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (PI 8.9, 9.10)	
	Transversal a várias PI	A relevância das realizações e a dimensão dos resultados expectáveis contribuirão para gerar impactos e mudanças que são importantes para o Algarve. Os atrasos atualmente observados ao nível das realizações previstas tenderão a que esses impactos apenas sejam efetivamente verificáveis nos próximos anos.			
5	8.9	Ação relevante do PO Algarve 2020 ao promover a atração de produtores mais jovens e qualificados essenciais numa estratégia integrada de revitalização do setor agrícola, particularmente significativa nos territórios de baixa densidade (operações apoiadas no âmbito da PI. 8.9 Valorização dos recursos endógenos).	- Número de estratégias específicas de valorização de recursos endógenos (PI 8.9)	- Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (PI 8.9)	
	Transversal a várias PI	Ação do PO Algarve 2020 mais circunscrita, não se tendo verificado evidências de uma capacidade significativa das operações para superar ou mesmo minimizar fatores externos que influenciam negativamente a amplitude e a dimensão dos resultados dos projetos.			
2	3.1 3.2 3.3	Os promotores de projetos associados a SI destacaram que a maioria dos investimentos não teria ocorrido sem a disponibilização dos FEEL (com destaque para a tipologia a tipologia do Empreendedorismo Qualificado e Criativo). Existe ainda um conjunto significativo de promotores que sublinharam que os apoios serviram como aceleradores dos projetos, ou como catalisadores ou como amplificadores dos investimentos. Ainda que os IF não tenham alcançado as metas definidas, os stakeholders consideram que estes instrumentos deverão continuar a ser uma aposta no futuro.	- Número de empresas que recebem subvenções (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) - Número de empresas que recebem apoio (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 4.2, 8.8) - Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (PI 1.2, 3.2, 3.3) - Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) - Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (PI 1.2, 3.3)	- Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos (PI 3.1) - Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME (empresas até 250 trabalhadores) (PI 3.3) - Valor de exportações no Volume de Negócios nas PME (PI 3.2)	
1	1.1 1.2	A existência de financiamento europeu para estimular a investigação na região tem contribuído para um melhor posicionamento competitivo das instituições de investigação com efeitos numa crescente consciencialização dos atores regionais para a importância da investigação enquanto motor de desenvolvimento económico. Necessidade de estabelecer uma maior ligação entre o tecido empresarial e o sistema regional de inovação.	(indicadores anteriores) - Número de infraestruturas de investigação apoiadas (PI 1.1) - Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas (PI 1.1) - Número de empresas que cooperam com instituições de investigação (PI 1.2)	- Investimento público em I&D em % do PIB regional (PI 1.1) - Proporção de pessoal ao serviço (ETI) em atividades de I&D na população ativa (PI 1.1) - Despesa das empresas em I&D no VAB (PI 1.2) - Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o	

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
			Número de projetos de transferência e utilização de conhecimento (PI 1.2)	mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (não PME do inquérito comunitário à inovação) (PI 1.2) Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do sector empresas) (PI 1.2)	
	Transversal a várias PIs	A produção antecipada de diversos referenciais estratégicos específicos, revelou-se determinante para procurar responder adequadamente às necessidades e aos constrangimentos regionais. A complementaridade prevista entre instrumentos FEEL e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária) tem sido efetiva. Pontuais de concorrência, designadamente entre o PO Algarve e PO Mar e o PRODER. A lógica de intervenção e as temáticas enquadradoras continuam globalmente a ser relevantes, possibilitando processos de continuidade e de robustecimento da estratégia política regional no próximo período de apoio comunitário.			
1 2	1.2 3.3	Observa-se uma elevada coerência da abordagem preconizada na arquitetura programática do PO Algarve com o <i>policy mix</i> associado aos seus grandes pilares de intervenção e ao contexto territorial e setorial. As propostas de reprogramação responderam adequadamente às alterações de contexto e às dificuldades de implementação. Destaca-se a relevância do último exercício de reprogramação associada à pandemia COVID-19, ainda que operacionalizada com algumas dificuldades associadas a questões processuais e administrativas.	- Número de empresas que cooperam com instituições de investigação (PI 1.2) - Número de projetos de transferência e utilização de conhecimento (PI 1.2) - Número de empresas que recebem subvenções (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) - Número de empresas que recebem apoio (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 4.2, 8.8) - Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (PI 1.2, 3.2, 3.3) - Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) - Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (PI 1.2, 3.3)	- Despesa das empresas em I&D no VAB (PI 1.2) - Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (não PME do inquérito comunitário à inovação) (PI 1.2) - Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do sector empresas) (PI 1.2) - Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME (empresas até 250 trab) (PI 3.3)	

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
Domínio Temático Competitividade e Internacionalização					
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	Os Sistemas de Incentivos do QREN tiveram um <u>impacto globalmente positivo no desempenho das empresas</u> ao nível do investimento (+ 317 mil euros de FBCF), da qualificação de recursos humanos (+ 1,6 trabalhadores com formação superior), da inovação (+38 mil euros em despesas I&D), da competitividade (+376 mil euros VAB) e da internacionalização das empresas (+579 mil euros em exportações).	- Número de empresas que cooperam com instituições de investigação (PI 1.2) - Número de projetos de transferência e utilização de conhecimento (PI 1.2) - Número de empresas que recebem subvenções (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) - Número de empresas que recebem apoio (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 4.2, 8.8) - Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (PI 1.2, 3.2, 3.3) - Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) - Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (PI 1.2, 3.3)	- Despesa das empresas em I&D no VAB (PI 1.2) - Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (não PME do inquérito comunitário à inovação) (PI 1.2) - Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME (empresas até 250 trabalhadores) (PI 3.3) - Valor de exportações no Volume de Negócios nas PME (PI 3.2) - Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos (PI 3.1)	18. Avaliação do Impacto dos FEEI no <u>desempenho das empresas</u> portuguesas
2	3.3	O <u>SI Inovação</u> , caracterizado por projetos de maior dimensão média, tende a produzir impactos superiores na maioria das variáveis, mesmo quando relativizados em função da situação inicial das empresas nas variáveis sobre as quais os impactos são medidos, além de produzir impactos positivos que não são detetados noutros SI, como por exemplo sobre a produtividade.			
2	3.2	O <u>SI QPME</u> destaca-se, face ao SI Inovação e à média dos SI QREN, pelos impactos sobre a intensidade exportadora (+6 p.p. vs +3 p.p. no SI Inovação e +4 p.p. na média dos SI) e respetiva diversificação geográfica, sobre a probabilidade de registo de marcas e sobre algumas variáveis de situação financeira e rácios de rentabilidade das empresas.			
2	3.2	O SI QPME apresenta um custo-eficácia mais favorável na generalidade das variáveis analisadas (ex. 0,32€ por unidade adicional de impacto sobre as exportações, versus 0,51€ no SI Inovação e 1,17€ no conjunto dos SI ou, no caso do VAB, 0,65€ vs. 2,51€ vs. 1,79€), respetivamente), ou seja, exige menos montante de incentivo para obter um impacto			
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	A magnitude dos impactos estimados tende a ser proporcional à <u>dimensão das empresas</u> ou à <u>situação de partida</u> das variáveis de desempenho. Contudo, quando relativizados os impactos em função da situação de partida, conclui-se que os apoios tendem a provocar maiores transformações ao nível das empresas quando os projetos são conduzidos por empresas de menores dimensões.			
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	O impacto sobre o investimento em capital fixo (e também sobre o VAB) tende também a ser maior em empresas que têm menor facilidade de <u>acesso a outras formas de financiamento</u> – Impacto sobre FBCF em empresas que não recorrem a linhas de crédito é de +816 mil €, versus +185 mil € em empresas que recorrem a linhas de crédito.			
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	Leque muito abrangente de <u>instrumentos de apoio</u> , que as empresas avaliam positivamente na resposta às suas necessidades de investimento.	- Número de empresas que cooperam com instituições de investigação (PI 1.2) - Número de projetos de transferência e utilização de conhecimento (PI 1.2) - Número de empresas que recebem subvenções (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8)	- Despesa das empresas em I&D no VAB (PI 1.2) - Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações	19. Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020
1 2	1.2 3.1 3.2	A regulamentação, os Avisos de Abertura de Concurso (AAC) e os formulários são considerados claros e acessíveis por parte dos promotores, que lhes reconhecem uma maior <u>simplificação</u> face ao QREN.			

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
1 2	3.3		– Número de empresas que recebem apoio (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 4.2, 8.8) – Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (PI 1.2, 3.2, 3.3) – Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) – Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (PI 1.2, 3.3)	de produto (não PME do inquérito comunitário à inovação) (PI 1.2) – Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME (empresas até 250 trabalhadores) (PI 3.3) – Valor de exportações no Volume de Negócios nas PME (PI 3.2) – Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos (PI 3.1)	
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	O <u>Balcão 2020</u> – uma inovação do Portugal 2020 - contribuiu para a simplificação e diminuição da carga administrativa sobre os beneficiários e permite agregar informação anteriormente dispersa por diversos sites, sendo avaliado pelos promotores de forma muito favorável.			
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	Os referenciais de <u>análise do mérito</u> para efeito de seleção das candidaturas a apoiar são adequados, apresentando um nível de exigência relativamente elevado e sem redundâncias significativas entre os quatro critérios de seleção (aferida pela baixa correlação de pontuações entre critérios), apesar da fraca capacidade de discriminação intra-critério (com exceção do critério “mérito regional”).			
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	A deliberação da CIC do PT2020, de 2015, que determinou a aprovação de todas as candidaturas elegíveis com classificação superior a 3,5 – reforçando, se necessário, a dotação dos Avisos – permitiu acolher o volume extraordinário de procura registado nos primeiros anos, mas criou desequilíbrios na capacidade de resposta das estruturas técnicas dos OI, com reflexo na dilatação dos prazos de análise.			
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	A mesma deliberação da CIC do PT2020, de 2015, reduziu a relevância dos critérios de mérito no processo de seleção de projetos – entre as candidaturas admitidas, apenas 4% teve classificação de mérito inferior à classificação mínima exigida e, entre as que tiveram uma classificação igual ou superior à classificação mínima, apenas 4% não foram selecionadas.			
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	Empresas que recorrem aos SI têm, tendencialmente, uma <u>maior capacidade de inovação, de valorização de conhecimento e internacionalização</u> (cruzando empresas candidatas com as empresas da base de dados de empresas BvD SABI que cumprem as condições de elegibilidade).			
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	A apreciação positiva dos promotores sobre a clareza da regulamentação e dos Avisos de Abertura de Concurso (AAC) contrasta com as baixas <u>taxas de admissibilidade</u> das candidaturas, indiciando ineficácia na desmobilização de procura não qualificada (43% de candidaturas não cumprem as condições gerais de elegibilidade).			
2	3.1 3.2 3.3	O <u>alinhamento dos projetos com as RIS3</u> parece favorecer uma maior intensidade de criação de valor, quando comparados com projetos não alinhados apoiados pelo mesmo SI.			
1	1.1 1.2	Bom <u>alinhamento dos instrumentos com os objetivos de política</u> e com a capacidade de resposta às falhas nos sistemas de inovação, embora com falhas pontuais de <u>cobertura dos apoios</u> , nomeadamente nas atividades (e financiamento de base) das infraestruturas tecnológicas e de interface científica.	– Número de infraestruturas de investigação apoiadas (PI 1.1)	– Investimento público em I&D em % do PIB regional (PI 1.1)	21. Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
1	1.1 1.2	Os diferentes níveis de desenvolvimento dos <u>sistemas regionais de inovação</u> , exemplificados pelas diferenças de densidade das redes relacionais analisadas, não encontraram nos instrumentos de apoios abordagens temáticas e territoriais suficientemente diferenciadas.	Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas (PI 1.1)	Proporção de pessoal ao serviço (ETI) em atividades de I&D na população ativa (PI 1.1)	transferência e valorização de conhecimento
1	1.1 1.2	<u>Resultados</u> positivos dos instrumentos orientados para a dinamização da produção científica e de conhecimento potencialmente valorizável, incluindo a produção em rede com elevada participação e reconhecimento internacional, maioritariamente pelas (e quase sempre apenas entre) entidades não empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (SI&I).	- Número de empresas que cooperam com instituições de investigação (PI 1.2) - Número de projetos de transferência e utilização de conhecimento (PI 1.2) - Número de empresas que recebem subvenções (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) - Número de empresas que recebem apoio (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 4.2, 8.8) - Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (PI 1.2, 3.2, 3.3) - Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) - Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (PI 1.2, 3.3)	- Despesa das empresas em I&D no VAB (PI 1.2) - Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (não PME do inquérito comunitário à inovação) (PI 1.2) - Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do sector empresas) (PI 1.2)	
1	1.2	A análise de redes relacionais e os estudos de caso revelam a valia dos projetos de natureza coletiva de I&DT, cujo sucesso é indutor de um fluxo de recursos humanos altamente qualificados das entidades científicas e tecnológicas para as empresas, de novos projetos de I&D e de dinâmicas de empreendedorismo qualificado.			
1 2	1.2 3.1 3.2 3.3	De acordo como o processo de inquirição, regista-se uma elevada incorporação de conhecimento ou tecnologia de base nacional nos projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos, em muitos casos resultante de utilização sequencial de apoios – apoio do SI I&DT, seguido do SI Inovação para a fase de industrialização dos resultados desses projetos de I&DT – observada a partir dos dados dos projetos apoiados.	- Número de empresas que cooperam com instituições de investigação (PI 1.2) - Número de projetos de transferência e utilização de conhecimento (PI 1.2) - Número de empresas que recebem subvenções (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3) - Número de empresas que recebem apoio (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3) - Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (PI 1.2, 3.2, 3.3) - Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3) - Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (PI 1.2, 3.3)	- Despesa das empresas em I&D no VAB (PI 1.2) - Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (não PME do inquérito comunitário à inovação) (PI 1.2) - Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME (empresas até 250 trabalhadores) (PI 3.3) - Valor de exportações no Volume de Negócios nas PME (PI 3.2) - Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos (PI 3.1)	
		Nos sucessivos Inquéritos Comunitários à Inovação (CIS) no período em análise, a proporção de empresas com cooperação com outras empresas ou instituições em Portugal no âmbito das suas			

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		atividades de inovação não registou melhorias significativas, sinalizando a persistência, também assinalada nos processos de inquirição conduzidos nesta avaliação, de um <i>gap</i> cultural entre entidades não empresariais do SI&I e as empresas.			
8	2.3	No <u>domínio dos modelos e soluções de distribuição de Serviços Públicos</u> , os efeitos dos projetos apoiados centram-se, no que respeita aos canais presenciais, na melhoria da funcionalidade dos serviços (assumida por 77% das entidades beneficiárias inquiridas), no aumento da cobertura territorial, demonstrado pelo aumento do número de Lojas do Cidadão, de 9 para 59 entre 2007 e 2020, e dos Espaços do Cidadão, de 122 para 735 entre 2014 e 2020.	- Número de serviços da Administração Pública apoiados (PI 2.3) - Número de trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização (PI 11.1)	- Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos (PI 2.3) - Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras (PI 2.3) - Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação (PI 11.1)	22. Avaliação do contributo dos FEEI para a modernização e capacitação da administração pública
8	2.3	A melhoria no domínio dos modelos e soluções de distribuição de Serviços Públicos foi acompanhada, de forma crescentemente integrada, pela oferta em canal eletrónico, via alargamento do leque de serviços disponibilizados e melhoria da funcionalidade e/ou usabilidade (assim referida por 92% das entidades beneficiárias inquiridas).			
8	2.3	Em alguns serviços, como a Segurança Social e a Autoridade Tributária, os resultados do inquérito à população revelam que o canal eletrónico é já o mais utilizado (>50%), mas é menos claro o contributo das intervenções para o grau de satisfação dos utilizadores dos serviços (dados da AT e ISS não revelam melhorias e inquérito à população produz resultados medianos).			
8	2.3 11.1	Os investimentos <u>no domínio do apetrechamento tecnológico e transformação digital</u> tem natureza estruturante e complementar com intervenções de novos modelos e soluções de distribuição de serviços e de capacitação institucional e desenvolvimento organizacional – este domínio está presente em 84% do investimento apoiado pelos FEEI, mas apenas 25% desse investimento tem enquadramento exclusivo nesse domínio.			
8	2.3	No domínio do apetrechamento tecnológico e transformação digital os resultados reportados pelos beneficiários como mais expressivos, e confirmados nos Estudos de Caso, situam-se ao nível da desmaterialização e automatização de tarefas/processos (apontado por 93% dos beneficiários inquiridos), da melhoria das condições de acesso/utilização de informação (91%) e da mitigação de problemas de funcionalidade e disponibilidade dos sistemas tecnológicos utilizados (86%).			
8	2.3	Os efeitos das intervenções no domínio do apetrechamento tecnológico e transformação digital, reportados pelas entidades beneficiárias inquiridas, sentem-se sobretudo ao nível da redução dos tempos médios de execução de tarefas administrativas (89%), da resolução de processos dos utilizadores de serviços (79%) e da personalização dos serviços (70%), contribuindo desse modo para ganhos de produtividade e de capacidade de resposta da AP.			
8	2.3 11.1	Os progressos alcançados ao nível da integração de processos e serviços entre diferentes entidades da AP são mais limitados - em 2020, a taxa de adesão à Plataforma de Interoperabilidade da AP era de 31% na AP Central e inferior a 20% na AP Regional e AP Local.			

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
8	11.1	No <u>domínio da capacitação institucional e organizacional</u> os principais resultados assinalados pelos beneficiários inquiridos são a agilização do funcionamento das entidades, sobretudo por via da reengenharia de processos internos (em 85% dos inquiridos) – embora por vezes prevaleça a mera desmaterialização, em vez de uma lógica de redesenho/otimização desses processos – e pela melhoria dos instrumentos de suporte à gestão utilizados (54%).			
8	11.1	De forma não transversal, mas comprovada em alguns estudos de caso, são demonstrados ganhos de racionalização de recursos e a relevância da consolidação de uma cultura de orientação para resultados, alicerçada em instrumentos de monitorização e avaliação de desempenho.			
8	11.1	No <u>domínio qualificação do Capital Humano da Administração Pública</u> , apesar da apreciação positiva feita pelas entidades inquiridas sobre a aquisição de competências e desempenho profissional em resultado de ações de formação frequentadas pelos seus colaboradores, quase metade dessas entidades não dispõe de mecanismos formais de avaliação do impacto dessas ações sobre as competências ou desempenho profissional dos formandos que permitam sustentar essa apreciação.			
	n.a.	A operacionalização da abordagem RIS3 acontece num momento de avançada <u>maturação das políticas de I&DT e de inovação e, por essa via, dos Sistemas Regionais de Inovação (SRI)</u> , com significativos graus de diferenciação de desempenho dos sistemas e do seu grau de interação sistémica – os processos de dinamização institucional e de elaboração das EREI do Norte, Centro e Lisboa refletem o estágio de maior maturação sistémica. <u>Esta situação tem efeitos ambivalentes:</u>			23. Avaliação da Implementação da Estratégia Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados
	n.a.	i) Trouxe a seletividade associada à lógica das EREI/ENEI, focando prioridades e alocando recursos em conformidade.			
	n.a.	ii) Gerou uma situação de rendimentos crescentes: as experiências mais elaboradas de interação sistémica tendem a ser aquelas que tiram melhor partido do potencial da abordagem RIS3. No entanto, as EREI conduziram também a um contexto institucional favorável à consolidação dos respetivos SRI, nas regiões com SRI de menor maturação.			
1	1.1 1.2	A magnitude de recursos alocados às Prioridades de Investimento (PI) e Tipologias de Operações (TO) para as quais o enquadramento ENEI/EREI é condição de admissibilidade permitem concluir pela <u>elevada importância que os FEEI apresentam na implementação dos objetivos daqueles referenciais estratégicos</u> , podendo afirmar-se que sem o contributo dos FEEI tais instrumentos de política pública teriam uma expressão muito reduzida.	– Número de infraestruturas de investigação apoiadas (PI 1.1) – Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas (PI 1.1) – Número de empresas que cooperam com instituições de investigação (PI 1.2) – Número de projetos de transferência e utilização de conhecimento (PI 1.2)	– Investimento público em I&D em % do PIB regional (PI 1.1) – Proporção de pessoal ao serviço (ETI) em atividades de I&D na população ativa (PI 1.1) – Despesa das empresas em I&D no VAB (PI 1.2) – Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o	
1 2 3.1 5	1.1 1.2 3.1 3.2	Ficam cobertas pela procura a generalidade das apostas estratégicas inscritas nas EREI. Existem evidências de complementaridade entre o panorama de domínios apoiados nas tipologias em			

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
6 7	3.3 8.5 10.3 10.4 8.1 8.3 8.8 9.10	que o enquadramento na EREI é condição de admissibilidade e nas tipologias em que esse enquadramento é critério de mérito.	- Número de empresas que recebem subvenções (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) - Número de empresas que recebem apoio (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 4.2, 8.8) - Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (PI 1.2, 3.2, 3.3)	mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (não PME do inquérito comunitário à inovação) (PI 1.2) Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do sector empresas) (PI 1.2)	
1 2	1.1 1.2 3.3	No caso dos domínios previstos pela ENEI, existe uma elevada concentração do investimento elegível num número reduzido de domínios (saúde, tecnologias de produção e TIC)	Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8)	Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME (empresas até 250 trabalhadores) (PI 3.3)	
1 2 5 6 7	1.1 1.2 3.1 3.2 3.3 8.5 10.3 10.4 8.1 8.3 8.8 9.10	O <u>modelo de operacionalização</u> da abordagem RIS3 na programação PT2020 optou por mobilizar um vasto conjunto de PI e de TO, com poucas variações entre EREI e com um número alargado de TO em que o enquadramento nas ENEI/EREI é apenas um critério de mérito entre outros. <u>Não obstante este número alargado de TO, existem lacunas e incoerências, designadamente:</u> i) Os apoios ao Empreendedorismo Qualificado e Criativo surgem dissociados dos processos de descoberta empreendedora, não distinguindo os projetos gerados em contexto de variedade relacionada (aqui o alinhamento com a RIS3 é critério de mérito). ii) As tipologias mais associadas ao desenvolvimento local estão desajustadas do modo como a baixa densidade é integrada pelas EREI (nem todas as EREI colocam a baixa densidade como prioridade) iii) A mobilização do instrumento “avisos específicos” não foi utilizada na proporção esperada. A nível de implementação da ENEI, os ambientes de Espaços de Descoberta Empreendedora (EDE) estão ausentes, sendo incipientes na implementação das EREI com exceção das dinâmicas geradas no âmbito dos programas mobilizadores e consórcios ditos completos que os animam. A ausência de evidência da produção deste efeito <u>torna impossível concluir sobre os efeitos das EREI sobre o rácio de empresas incumbentes e emergentes</u>, constituindo as empresas incumbentes grande parte da procura nas TO com critério de admissibilidade. A avaliação reconhece um <u>contributo da RIS3</u> para (i) o reforço do crescimento inteligente (através do reforço e seletividade de dinâmicas de maturação anterior em matéria de I&DT empresarial) e para (ii) a intensificação das práticas colaborativas. No que diz respeito aos efeitos na progressão na cadeia de valor, o contributo é mais interrogado, já que nem sempre o reforço da intensidade colaborativa ocorre em ambiente de variedade relacionada (os programas mobilizadores constituem a evidência mais segura de variedade relacionada).	- Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (PI 1.2, 3.3) - Número de participantes desempregados que beneficiam (apoios à contratação/estágios profissionais) (PI 8.1) - Número de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo auto emprego (PI 8.3) - Número de participações de desempregados em unidades de formação de curta duração (PI 8.5) - Número de pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas (PI 8.5) - Número de PME apoiadas em programas de formação-ação (PI 8.5) - Número de estratégias DLBC apoiadas (PI 9.10) - Número de adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional (PI 10.3) - Número de pessoas inscritas nos Centros Qualifica (PI 10.3) - Número de jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET) (PI 10.4)	- Valor de exportações no Volume de Negócios nas PME (PI 3.2) - Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos (PI 3.1) - Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação/estágio profissional (PI 8.1) - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem empregadas 12 meses após o fim do apoio (PI 8.3) - Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas (PI 8.5) - Participações certificadas de desempregados em unidades de formação de curta duração (PI 8.5) - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio (PI 8.5) - Postos de trabalho criados/ manutenção foi apoiada (PI 8.8)	
		Do ponto de vista da territorialização, as EREI em Portugal correspondem a efetivas “agendas de transformação económica regional de tipo <i>place-based</i> ”, considerando a situação de transição			

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		de múltiplas NUTS III em termos de esforço tecnológico (despesas de I&D), ainda que com maturação heterogénea e eventuais “gaps” de ritmo e alcance das transformações em curso nos territórios		– Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (PI 8.9, 9.10) – Adultos certificados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional (PI 10.3) – Pessoas não desistentes no processo RVCC (PI 10.3) – Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET) (PI 10.4)	
Domínio Temático Inclusão e Emprego					
5 6 7	8.3 9.1 10.1	A implementação da IPIS <u>contribuiu para consolidar e alargar o Ecossistema de inovação e empreendedorismo social (ECSIES) em Portugal</u>, através das seguintes formas: i) Trouxe para o ECSIES Organizações da Economia Social (OES) (mais de 300 envolvidas em projetos da IPIS) e promovendo a sua orientação para lógicas de impacto, sustentabilidade e diferenciação de respostas sociais; ii) Contribuiu para a criação de condições de envolvimento para os investidores sociais privados e promovendo o alargamento do mercado nacional de investimento social (142 municípios, 21 Fundações e 374 empresas privadas projetos da IPIS); iii) Mobilizou os municípios para o investimento em inovação social (51% do investimento social em PPI, i.e. 13,4M€, é realizado por municípios); iv) Reforçou a interação entre investidores sociais e OES/empreendedores sociais (p.e. start up) v) Promoveu o contributo das incubadoras sociais e de inovação social (presentes em 29 operações aprovadas, que mobilizaram 9,3 euros de montante aprovado) vi) Estimulou o sentimento de pertença a um ecossistema entre as entidades envolvidas (90% inquiridos) e o reforço de práticas colaborativas (99% inquiridos) <u>Contudo, a consolidação do ECSIES – um dos objetivos globais da IPIS – não apresenta ainda ao nível nacional nem uma forte densidade colaborativa, nem um peso expressivo</u> face ao universo da economia social ainda que possam ser identificados ecossistemas de base sub-regional. Estes resultados implicaram a adesão à proposta da IPIS e a apreensão de conceitos e modos de operar novos: entre as OES, é manifesto o interesse expresso na forte procura gerada pelos avisos (sobretudo nos CIS e PPI, com 141% e 376% face à dotação inicial) Os resultados são ainda devedores da crescente familiaridade com os requisitos de definição de um projeto de inovação social (apenas 10% não conseguiu cumprir os critérios IIES no caso dos CIS, PPI e TIS).	- Número de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo auto emprego (PI 8.3) - Número de escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária (PI 9.1) - Número de participantes em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9.1) - Número de projetos de inovação e experimentação social apoiados (PI 9.1) - Número de participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1) - Número de escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo (PI 10.1)	– Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem empregadas 12 meses após o fim do apoio (PI 8.3) – Escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 9.1) – Aluno/a(s) das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudo (PI 9.1, 10.1) – Projetos de inovação e experimentação social concluídos (PI 9.1) – Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9.1) – Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 10.1) – Participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes	29. Avaliação das medidas de promoção de inovação social

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		A forte proatividade das ações de comunicação promovidas pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS) e a ação das equipas de ativação constituíram fatores relevantes na animação da procura, tornando possível vencer resistências decorrentes da novidade e hermetismo da linguagem e terminologia associadas à inovação social. A valorização deste papel e sobretudo da proximidade ao terreno transparece p.e. na apreciação que os inquiridos fazem da clareza dos avisos (mais de 65% das OES inquiridas) e do papel do ativador de inovação social (85% dos que tiveram contacto com esta figura). A adesão à abordagem da inovação social requer também, por parte das OES, <u>capacidades efetivas para gerir projetos de inovação social</u>. Este efeito é, contudo, mais limitado: o instrumento de capacitação, o CIS, lançou apenas 2 avisos autónomos e apoiou uma parte limitada das OES do universo registado na Conta Satélite da Economia Social (0,2% das associações; 4,1% das Misericórdias, 2,4% das Fundações e 3,5% das Cooperativas). A fraca expressão da capacitação cria dificuldades na atração de investidores, sobretudo para TIS e FIS (1/3 dos beneficiários CIS migraram para PPI), limitando também o prosseguimento da lógica de ciclo dos instrumentos criados – CIS – PPI – TIS – FIS. Por seu lado, os elevados <u>custos de transação</u> associados ao processo de implementação das operações (carga burocrático-administrativa, não elegibilidade de determinadas despesas, dificuldade na obtenção de esclarecimentos) penalizaram a libertação de recursos humanos das OES para a própria exigência de inovação social Se as <u>taxas de execução</u> são ainda relativamente baixas (28%), o grau de cumprimento de resultados é promissor. Não obstante as dificuldades na comparação de indicadores de meta entre projetos, demonstrou-se que a <u>lógica de financiamento baseada em resultados contratualizados</u> (por oposição ao financiamento não reembolsável) pode ser conciliada com as potencialidades de novas abordagens aos problemas sociais: 84,6% (121 operações) das CIS tinha cumprido os seus objetivos e 71% (25 operações) das PPI e todos os TIS (4 operações) tinham cumprido ou superado os objetivos. O alcance do objetivo da IPIS relativo à eficácia e eficiência das respostas a problemas sociais com vista à reversão das condições de exclusão social é ainda longínquo correspondendo a sua mais valia à de um <u>efeito de demonstração</u>. O <u>alcance do objetivo da IPIS de dinamização de um mercado de investimento social por via da oferta de financiamento adequado às necessidades específicas do setor viu-se parcialmente dificultado, devido às seguintes situações:</u> i) No caso das PPI e TIS, a exigência do instrumento em termos de envolvimento de entidades públicas e de grau de inovação p. 105 e o peso do processo burocrático possam constituir		ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1)	

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		desincentivos ao envolvimento dos investidores privados, compensado, contudo, por uma participação relevante dos municípios nos PPI. ii) No caso do FIS Crédito, o lançamento tardio e a resistência e desconhecimento do setor bancário relativamente ao financiamento e potencial de retorno económico do mercado de investimento social e as sobreposições de instrumentos de financiamento (aparecimento de outras linhas de crédito na sequência da própria resposta à pandemia) tiveram um papel de desincentivo. iii) No caso do FIS Capital, a incipiência do mercado de instrumentos de capital, o envolvimento de atores sem qualquer contacto com a realidade da economia social (PME e <i>start up</i>), tornando a possibilidade de colocação de “equity” nos projetos um cenário muito otimista, juntou-se à longa gestação da apreciação dos projetos ditando a sua fraca implementação A <u>internalização pelas entidades e políticas públicas da abordagem</u> é pouco evidente: algumas entidades auscultadas referiram “uma aproximação (...) na área da segurança e da proteção social, ou [nas] políticas ativas de emprego”. A fraca execução dos projetos TIS vocacionados para o contacto das instituições públicas com a Inovação Social pode explicar esta falta de entrosamento das políticas públicas			
Domínio Temático Capital Humano					
7	10.3	A participação em ações de formação apresenta resultados positivos. As principais evidências desse valor acrescentado expressam-se no contributo para a concretização das metas da UE no domínio do Capital Humano, com o PT2020 a contribuir para a <u>empregabilidade</u> de cerca de 34.000 adultos e a representar 61% das participações de desempregados em ações certificadas, no total nacional. Os participantes certificados das ações do PT2020 apresentam uma probabilidade 18 vezes superior de trabalhar pelos menos um dia no ano seguinte ao da conclusão da formação. Os efeitos na empregabilidade são decrescentes, mas significativos até 3 anos após conclusão. 50% dos participantes participaram no mercado de trabalho no ano seguinte à conclusão e 17,5% trabalharam um ano completo. Enquanto os Cursos EFA, Vida Ativa e Vida Ativa para DLD apresentam efeitos significativos a curto e médio prazos, as tipologias Formação Modular e Formação Modular para DLD tendem a concentrar os seus efeitos sobre a empregabilidade no ano seguinte ao da formação. A análise ao nível dos <u>salários</u> não permitiu identificar uma ligação causa-efeito significativa entre a participação nas ações do PT2020 e mudanças nos salários dos participantes certificados face às registadas no grupo de controlo.	– Número de adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional (PI 10.3) – Número de pessoas inscritas nos Centros Qualifica (PI 10.3)	– Adultos certificados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional (PI 10.3) – Pessoas não desistentes no processo RVCC (PI 10.3)	34a) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e (re)inserção no mercado de trabalho dos adultos

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		Nas várias TO, o <u>custo unitário médio</u> é de 237 € por participante. O maior investimento por formando ocorre nos cursos de duração mais longa, ou seja, nos cursos de EFA (mais de 16x a média), sendo que nas formações de duração mais curta os custos variam entre 96€ (Formação Modular) e 157 € (Vida Ativa para Desempregados). Cada participante certificado custa em média 250€, sendo sempre superior ao custo por participante por força do ajustamento em função dos fenómenos de desistência, não aprovação e conclusão após tempo previsto. Como as taxas de conclusão são mais altas nas formações mais breves, o incremento de custo é mais reduzido nas TO inseridas na prioridade 8.5 e 9.1. Os cursos EFA são os que geram mais <u>certificações</u> com qualificações mais elevadas (em percentagem) e os cursos para DLD são os que tendem a gerar uma maior proporção de qualificações mais baixas. As TO em que se observa uma maior tendência para os participantes obterem certificados de nível superior à sua formação inicial são os Cursos EFA e a Vida Ativa para DLD. Aumentos de qualificação implicam maior investimento de recursos; desempregados há menos tempo precisam de intervenções mais direcionadas/específicas; DLD, por regra menos qualificados, consomem mais recursos do que os que entraram nessa condição há menos tempo. Os resultados apontam para a pertinência das diferentes tipologias pois produzem as mudanças desejadas na realidade dos beneficiários com custos alinhados com o seu alcance. A participação dos adultos em ações de ALV (percentagem de portugueses entre 25 e 64 anos que participou em atividades de formação ou educação) teve um impacto positivo a nível nacional, a <u>participação da população em ações de ALV</u> subiu 0,9 p.p. entre 2014 e 2019. Apesar dos efeitos positivos na participação em ações de formação, ainda existem <u>constrangimentos à participação</u> resultado da falta de interesse e de motivação dos adultos.			
		O <u>efeito de escala</u> do Fundo Social Europeu foi determinante para a prossecução das metas europeias no domínio do Capital Humano, em particular as que se referem à participação em atividades de Aprendizagem ao Longo da Vida e à taxa de emprego. Sem recurso aos FEEI, Portugal teria dificuldades em implementar uma política eficaz de promoção das qualificações da população, pois ficaria mais permeável a períodos de interrupção do investimento político e financeiro neste domínio de política e dificilmente teria condições para mobilizar o volume de investimento necessário para combater o desafio estrutural de baixas qualificações da população. Verifica-se um <u>valor acrescentado</u> resultante da influência de normativos e referenciais estratégicos europeus (transpostos para o plano regulamentar dos apoios dos FEEI) no quadro da política nacional de EFA, com destaque para a adoção de modelos de formação mais flexíveis			

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		e tendencialmente mais alinhados com as necessidades do mercado de trabalho e especificidades do território.			
7	10.3	Forte relação causa-efeito entre a participação nas ações apoiadas e o aumento da <u>empregabilidade</u> nos trabalhadores, sendo que os indivíduos que concluíram as formações apresentaram, em média, uma probabilidade de manter o emprego no ano seguinte à conclusão da formação quatro vezes superior à do grupo de controlo. Efeitos na empregabilidade decrescentes, mas significativos até 3 anos após conclusão. Por tipologia, os efeitos são distintos do ponto de vista da sua magnitude e perenidade, com as TO Formação para a Inovação Empresarial, QI PME e Formação Autónoma a terem efeitos superiores no curto-prazo, mas mais efémeros e a Formação Ação a ter efeitos mais persistentes ao longo do tempo. Efeitos nos empregadores incluem o aumento da <u>produtividade do trabalho</u> (+3%) e na rentabilidade do ativo (+3 p.p.) no ano após a conclusão. A análise ao nível dos <u>salários</u> não permitiu identificar uma ligação causa-efeito significativa entre a participação nas ações do PT2020 e mudanças nos salários dos participantes certificados face às registadas no grupo de controlo. O <u>custo unitário médio</u> é de 144 € por participante. O maior investimento por formando ocorre cursos de duração mais longa (EFA e na Formação Ação para PME). Nas formações de duração mais curta, os custos variam entre 49 € (Formação Autónoma) e 88 € (Formação Modular). O custo por certificado depende fortemente do custo da ação de formação, mas introduz um ajustamento em função dos fenómenos de desistência, não aprovação e conclusão após tempo previsto. Nos Cursos EFA, nos quais se verifica a desistência de uma parte dos formandos, o custo da certificação aumenta 49% face à participação. No PI8.5 é igual. Os EFA e a Formação Modular são as tipologias de formação que geram mais <u>certificações</u> com qualificações mais elevadas (em percentagem) e por isso aquelas em que o custo por certificado de 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário aumenta menos face ao custo por certificado. <u>Tipologias de formação</u> menos dispendiosas, mas com efeitos mais efémeros, e tipologias de maior duração, mais customizadas, dispendiosas e com resultados mais sustentáveis apresentam-se como as principais opções do decisor de política pública. Entre <u>segmentos da população empregada</u>, as ações do PT 2020 assumiram especial relevância entre os indivíduos com habilitações de 1º e 2º ciclos do ensino básico, nas faixas etárias acima dos 55 anos, nas mulheres e nas regiões de convergência. As ações contribuíram para a salvaguarda de postos de trabalho e o incremento do número de dias trabalhados e, consequentemente, para a redução da <u>taxa de desemprego e do</u>	– Número de adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional (PI 10.3) – Número de pessoas inscritas nos Centros Qualifica (PI 10.3)	– Adultos certificados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional (PI 10.3) – Pessoas não desistentes no processo RVCC (PI 10.3)	34b) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a <u>melhoria das qualificações e melhoria da qualidade dos empregos dos adultos empregados</u>

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		<u>subemprego</u>, no período entre 2014 e 2016, potenciando assim o alcance da meta EE 2020 da taxa de emprego em 2019 (76,1% em 2019, acima dos 75% de meta). Apesar dos efeitos positivos na participação em ações de formação, ainda existem <u>constrangimentos à participação</u> resultado da falta de interesse e de motivação dos adultos. Os desafios inerentes à compatibilização da vida pessoal, familiar e profissional e uma forte desvalorização pela entidade patronal e pelo mercado de emprego nacional constituem entraves às participações. O <u>efeito de escala</u> do Fundo Social Europeu foi determinante para a prossecução das metas europeias no domínio do Capital Humano, em particular as que se referem à participação em atividades de Aprendizagem ao Longo da Vida e à taxa de emprego. Existe um <u>efeito de adicionalidade</u> dos fundos – ainda que com muito menor intensidade face à adesão observada – que potenciaram a mobilização as empresas para a formação dos seus trabalhadores, em particular empresas de menor dimensão. Verifica-se um valor acrescentado resultante da influência de normativos e referenciais estratégicos europeus (transpostos para o plano regulamentar dos apoios dos FEEI) no quadro da política nacional de EFA, com destaque para a adoção de modelos de formação mais flexíveis e tendencialmente mais alinhados com as necessidades do mercado de trabalho e especificidades do território.			
7	10.1 10.3 10.4	As AÇÕES TIPO 1 – OFERTA EDUCATIVA (básico: CEF, EAE, CV; Secundário: CP, CA, PROFIJ) foram decisivas para manter os jovens no sistema de educação até concluírem o secundário. Com efeito,	(o indicador anterior e os dois seguintes)	(o indicador anterior e os dois seguintes)	35. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo , a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens
7	10.1	A oferta escolar do Básico – CEF e os Vocacionais – é mencionada pelo papel que tem desempenhado nos contextos socioeconómicos mais fragilizados, ou marcados por mais insucesso escolar. Não raras vezes, estes alunos acabam por atingir sucesso e prosseguir os estudos para o secundário, integrando as vias profissionalizantes.	- Número de participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1) - Número de escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo (PI 10.1)	- Aluno/a(s) das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudo (PI 9.1, 10.1) - Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 10.1) - Participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1)	

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
7	10.4	Verifica-se um efeito líquido da frequência de <u>Cursos Profissionais (CP)</u> para a transição dos anos curriculares do 10º e 11º ano e para a conclusão do 12º ano, com o seguinte valor esperado dos impactos: 25 p.p. na transição do 10º/11º ano do secundário: por cada 100 alunos, 99 dos CP transitam, face a 74 dos Cursos Científico-Humanísticos (CCH) (grupo de controlo com características semelhantes à dos tratados); 30 p.p. na transição do 11º/2º ano do secundário: por cada 100 alunos, 98 dos CP transitam, face a 67 dos CCH; 40 p.p. na conclusão do 12º/3º ano do secundário: por cada 100 alunos, 87 dos CP completam o ensino secundário, face a 45 dos CCH (análise contrafactual). A dupla-certificação é um fator de atração para um segmento de jovens cuja principal motivação é o ingresso no mercado de trabalho e sem expectativas de trajetórias escolares prolongadas; conseguem, por isso, manter-se no sistema pelo menos até à conclusão da escolaridade obrigatória e combater o abandono escolar precoce. O abandono escolar precoce (AEP) atinge em 2020 a meta de ficar abaixo de 10%, com 8,9%, sendo que aquele que ainda persiste relaciona-se com as franjas da população escolar mais fragilizadas, mais atingidas pelo insucesso escolar e em risco de pobreza. A investigação permite verificar que os jovens dos Cursos Profissionais apoiados pelo POCH têm perfis sociográficos mais desfavoráveis comparativamente aos alunos dos Cursos Científico Humanísticos. A frequência de cursos profissionais contribuiu para reduzir o efeito de variáveis individuais associadas a percursos de insucesso (nomeadamente, alunos do sexo masculino, mais velhos e com <i>background</i> imigrante), revelando que os cursos profissionais têm um papel preponderante na retração da reprodução das desigualdades sociais em contexto escolar. Ao nível da empregabilidade, em termos médios globais, o impacto da frequência de um curso profissional na inserção no mercado de trabalho e no percurso laboral até 15 meses após conclusão do ensino secundário é positivo: 18 p.p. de maior probabilidade em encontrar trabalho ao fim de 6-9 meses) – por cada 100 alunos, 36 dos CCH e 54 dos CP encontram o primeiro trabalho nesse período. Cerca de metade dos diplomados nos cursos profissionais em 2019 encontrava-se a trabalhar, e um quarto a estudar. Por seu turno, apenas 6% dos diplomados pelos cursos científico-humanísticos estaria a trabalhar e 84% a estudar. Em sentido inverso, as estimativas do impacto global médio relativo à matrícula no ensino superior são negativas (-20 p.p., por cada 100 alunos, 4 a 5 dos CP e 25 dos CCH matriculam-se no ensino superior, imediatamente após concluírem o secundário).	- Número de jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET) (PI 10.4)	- Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET) (PI 10.4)	
	10.1	As AÇÕES TIPO 2 – CAPACITAÇÃO/INTERVENÇÕES TERRITORIALIZADAS (TEIP/PNPSE/PIICIE) apoiam uma agenda combinada de políticas de intervenção “na sala de aula” e políticas de governação e cooperação, sobretudo no ensino básico. Têm contribuído para melhorar os percursos escolares (TEIP/PNPSE), nomeadamente, reduzindo a indisciplina e melhorando o	- Número de participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1)	- Aluno/a(s) das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudo (PI 9.1, 10.1)	

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		desempenho escolar em contextos socioeconómicos mais fragilizados (TEIP), e para reforçar mecanismos de prevenção da retenção e do abandono (PIICIE). Pela sua natureza <i>bottom-up</i> e pelo facto de procurarem estar mais ajustados aos territórios e aos seus públicos escolares, os TEIP/PNPSE têm, sobretudo, introduzido recursos e ferramentas (nomeadamente de planeamento e de governação multinível) nas escolas que desencadeiam importantes mudanças nas práticas pedagógicas e nos modelos organizativos das escolas. As escolas TEIP são um exemplo muito claro de combate institucional ao insucesso escolar apostando, justamente, em diferentes ofertas formativas e educativas – de recuperação/segunda oportunidade e gerais. Isto tem permitido um maior controlo sobre os alunos em risco de abandono e de exclusão social, conferindo mais oportunidades para que estes concluem a etapa da escolaridade obrigatória. Os PIICIE permitiram alargar a função educativa para além das matérias curriculares e também reforçar os recursos para a intervenção “fora da sala de aula”. Estão, assim, a permitir implementar ações integradas, focadas nas especificidades contextuais e beneficiando de mais recursos. A constituição de equipas multidisciplinares (84% dos PIICIE) e o alargamento das Atividades de Enriquecimento Curricular são exemplos de ações implementadas. No quadro da intervenção dos municípios, os PIICIE permitiram, na quase totalidade dos casos, criar novas atividades/respostas educativas e alargar o âmbito de atuação e de responsabilidade dos municípios (75% das CIM/AM/CM o referem) ou alargar o número de abrangidos nas atividades normalmente desenvolvidas (em 59% dos casos). A aplicação dos FEEI impulsionaram uma mudança institucional e administrativa a partir do reforço da capacidade de planeamento estratégico de base regional, originário das políticas de educação descentralizadas. Estes planos resultaram num impulso à concertação local e codecisão em fatores relevantes às comunidades educativas, com desenho conjunto de planos de ação. No âmbito das AÇÕES TIPO 3 – INTERVENÇÕES TRANSVERSAIS (SPO e Formação de professores), o contributo dos <u>SPO</u> para o sucesso educativo resulta da sinalização e apoio psicopedagógico dos alunos, nomeadamente através de equipas multidisciplinares (nas escolas e em redes municipais/supramunicipais), e no apoio a professores na procura de estratégias pedagógicas ajustadas às necessidades dos alunos. Na vertente da informação e orientação vocacional são menos evidentes os efeitos associados: 66% dos SPO inquiridos considera que os apoios contribuíram para reforçar os processos de tomada de decisão escolar e/ou profissional, comparando com mais de 90% que privilegia o reforço do apoio psicopedagógico e de trabalho de prevenção de problemas em contexto escolar; e entre os alunos entrevistados, nenhum reconheceu o SPO como um fator de influência da opção do secundário, e entre os jovens das escolas profissionais e centros de formação entrevistados, nenhum foi informado pelo SPO sobre a existência do curso que veio a frequentar.	- Número de escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo (PI 10.1)	– Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 10.1) – Participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1)	

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		No âmbito destas ações Tipo 3, os fundos contribuíram para a contratação de psicólogos (diminuindo o rácio de alunos por psicólogo – de 1.586 em 2014 para 896 em março de 2021, superando a meta de 1.140 em 2023), que trabalharam em equipas multidisciplinares com técnicos especializados (contratados ao abrigo das Ações Tipo 2). A <u>formação dos professores</u> atua como um mecanismo de melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares, através de estratégias pedagógicas e curriculares mais adequadas nos contextos de sala de aula. Para tal, terá contribuído a formação para disseminação de práticas colaborativas entre os professores (aplicadas no contexto dos TEIP/PNPSE) e a aplicação de novos recursos didáticos e metodologias de ensino. A avaliação revelou que foram criadas condições para diversificar/innovar estratégias e abordagens pedagógicas e curriculares, com evidências: contributo da formação para a disseminação de práticas colaborativas entre os professores, tendo facilitado a organização da formação em pequenos grupos e através de oficinas de formação, mais adequadas a modelos formativos que contextualizam as temáticas abordadas na formação na experiência dos participantes; A formação parece também ter sido importante para viabilizar novos modos de exercício do “trabalho escolar”, como os desdobramentos das disciplinas de Português e Matemática, permitindo a implementação de práticas de diferenciação pedagógica e acompanhamento mais individualizado de cada aluno, a diversificação da oferta, o trabalho colaborativo entre docentes, de modo a operar e a dar corpo à concretização de estratégias de promoção do sucesso escolar.			
7	10.1 10.4 10.5	A avaliação demonstrou que sem o apoio dos FEEI, os <u>efeitos alcançados nos indicadores de impacto</u> (taxa de abandono escolar precoce, taxa de retenção, taxa de escolarização, entre outros resultados iniciais e intermédios) alcançados em Portugal teriam sido mais limitados. O apoio dos FEEI tem claramente efeitos importantes em termos de aumento do volume (adicionalidade) de apoios, notórios em diversos níveis. A <u>adicionalidade</u> dos FEEI é expressiva no volume financeiro envolvido nas tipologias de intervenção cofinanciadas: Montante (€) investido na política educativa, N.º de estabelecimentos de ensino que beneficiaram de medidas de PNPSE – Programa Nacional de Promoção do Sucesso Educativo; Aumento de recursos adicionais destinados a escolas TEIP; financiamento para a contratação de serviço de psicologia e orientação (SPO).	(os dois indicadores anteriores) - Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (PI 10.5)	(os três indicadores anteriores) - Alunos do EB1 integrados em regime letivo normal (rede pública) (PI 10.5) - Taxa de cobertura do pré-escolar (% de crianças) (PI 10.5)	
Domínio Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos					
3	4.2 4.3 4.5	O processo de programação, assente numa lógica de <i>top down</i> e com pouco envolvimento dos atores locais e regionais, terá contribuído para a incapacidade de antecipar dificuldades de <u>mobilização da procura</u>, bem como para a <u>não implementação de algumas medidas por insuficiente adequação às especificidades dos territórios</u>.	- Número de empresas com consumo de energia melhorado (PI 4.2) - Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa (PI 4.3)	- Consumo de energia primária nas empresas (PI 4.2) - Consumo de energia primária na administração regional e local (PI 4.3)	38. Avaliação da implementação das <u>medidas de reforço da</u>

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
3	4.2	Na PI 4.2, os apoios disponíveis, sujeitos às restrições impostas pelas regras dos Auxílios de Estado, comparam desfavoravelmente com as regras existente nos Sistemas de Incentivos às empresas do Portugal 2020, desincentivando a procura de apoios exclusivamente dirigidos à promoção de eficiência energética nas empresas.	– Redução anual do consumo de energia primária (iluminação pública/edifícios públicos) (PI 4.3) – Número de planos de mobilidade urbana sustentável implementados (PI 4.5)	– Emissão estimada dos gases com efeito estufa (PI 4.5)	41. Avaliação da aplicação de custos simplificados
3	4.3	Na PI 4.3, sobretudo na Administração Local, as condições de apoio – modalidades de financiamento, intensidade de apoio e elegibilidades – foram percecionadas pelos potenciais beneficiários como pouco atrativas. A introdução da modalidade de financiamento não reembolsável, a revisão dos requisitos de desempenho energético, e a reprogramação de 2018, permitiram atenuar as dificuldades e impulsionar a procura.			
3	4.3	Mesmo após a reprogramação de 2018, mantém-se entre os potenciais beneficiários da PI 4.3 algumas reservas quanto às modalidades de financiamento, intensidade de apoio e elegibilidades (ex. inadequação dos custos padrão e limitação de elegibilidade da produção de energia para autoconsumo a 30% do investimento total do projeto).			
3	4.3	Outras das razões apontadas para as dificuldades de mobilização na PI 4.3 são i) a aparente falta de “cultura de apoio reembolsável”, ii) a preferência por investimentos com períodos de retorno mais curtos (ex. iluminação pública) ou iii) as deficiências estruturais dos edifícios, não compagináveis com intervenções exclusivamente dirigidas à Eficiência Energética em sentido estrito (ex. habitação social).			
3	4.2 4.3 4.5	De acordo com a inquirição aos beneficiários, uma larga maioria dos beneficiários não teria realizado os investimentos na ausência destes apoios. Ou seja, apesar das dificuldades de mobilizar uma parte da procura desejada, o <u>efeito de incentivo</u> dos apoios disponibilizados pelo OT4 terá sido determinante junto das entidades promotoras dos projetos apoiados.			
3	4.2 4.3 4.5	Em maio de 2019 (data a que reporta a avaliação), a <u>taxa de execução do OT4 era de 18%</u> . Esta baixa execução traduz-se nos indicadores dos Programas e no impacto limitado (passível de observar) destas medidas sobre a redução da intensidade carbónica da economia.			
Avaliações transversais					
1 2 5 6 7	1.2 3.2 3.3 8.1 8.5 8.9 9.1 10.1	As Opções de Custos Simplificados (OCS) contribuíram para os efeitos esperados de menor <u>carga administrativa e uma maior celeridade nos procedimentos</u> , como se explica em seguida: i) As OCS trouxeram simplificação de processos na <u>análise de candidaturas</u> : 60% das entidades beneficiárias refere diminuição do tempo alocado a procedimentos administrativos/burocráticos e financeiros ligados à apresentação de candidaturas, 54% dos técnicos das AG e dos Organismos Intermédios (OI) refere uma redução do número de documentos, 50% destes técnicos (AG e OI) dá conta de uma diminuição dos tempos globais despendidos nesta fase. ii) As OCS trouxeram simplificação nos procedimentos administrativos na implementação e acompanhamento dos projetos: 50% das entidades beneficiárias refere diminuição do tempo na	– Número de empresas que cooperam com instituições de investigação (PI 1.2) – Número de projetos de transferência e utilização de conhecimento (PI 1.2) – Número de empresas que recebem subvenções (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) – Número de empresas que recebem apoio (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 4.2, 8.8)	– Despesa das empresas em I&D no VAB (PI 1.2) – Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (não PME do inquérito comunitário à inovação) (PI 1.2) – Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras)	

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		submissão de pedidos de pagamento e 61% dos técnicos da AG e OI refere redução do número de documentos na fase de implementação e diminuição dos tempos globais de análise de pedidos de reembolso e saldo. A maioria das AG confirmam um <u>maior foco nas realizações e resultados</u>, concordando que os indicadores de realização e resultado assumem um lugar central nos processos de candidatura e que as verificações administrativas dos pedidos de pagamento estão igualmente mais centrados nos resultados. Entre as entidades beneficiárias, 70% indicaram uma maior focalização dos técnicos no alcance dos indicadores propostos. O maior foco na monitorização das realizações e resultados evidencia-se também com 60% das entidades beneficiárias a referir a maior preocupação com a monitorização das realizações e resultados ao longo da operação. Os diversos <i>stakeholders</i> consideram que existirá uma <u>redução da taxa de erro</u> fruto da adoção de OCS, nomeadamente porque deixaram de existir erros e irregularidades associadas a procedimentos administrativos. (No entanto, a avaliação não conseguiu quantificar esta redução nas taxas de erro, uma vez que à data de fecho da recolha de informação desta avaliação não existiam dados disponíveis.) Segundo os <i>focus group</i>, estudos de caso e entrevistas às AG, as OCS <u>não tinham trazido alterações significativas na estruturação das equipas</u>. 53,3% entidades beneficiárias e 91,8% técnicos das AG e OI referem, respetivamente, a manutenção do perfil de competências e número de recursos humanos, e 76,9% das entidades beneficiárias a manutenção da composição das equipas e organização do trabalho. O foco nas realizações e resultados centra-se sobretudo no cumprimento dos indicadores definidos para as tipologias de intervenção, não sendo percecionado pelos interlocutores entrevistados no âmbito dos estudos de caso que a adoção de OCS esteja a contribuir por si, para uma <u>melhoria na qualidade das operações</u>. As AG consideram que é <u>necessário continuar a reforçar o conhecimento e as competências dos gestores e das equipas técnicas</u>, nomeadamente no FEDER. 40% dos técnicos das AG e OI considera que as ações de formação realizadas responderam apenas a uma pequena parte das necessidades. No caso das entidades beneficiárias, apenas 29% dos inquiridos frequentou ações de formação ou sessões de informação dedicadas à implementação das OCS. Os <u>sistemas de informação e de monitorização</u> estão ainda muito orientados para o financiamento em custos reais e pouco adaptados às OCS. Ainda que sejam mencionados avanços relativamente ao período do QREN, graças à estruturação de um circuito de definição das metodologias, a <u>incerteza jurídica percecionada, sobretudo na auditoria</u>, é um dos aspetos mencionados pelas AG como inibidor da implementação das OCS.	- Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (PI 1.2, 3.2, 3.3) - Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 1.2, 3.1, 3.2, 3.3, 8.8) - Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (PI 1.2, 3.3) - Número de empresas que beneficiam de subvenções para inovação (PI 3.3) - Número de PME que beneficiam de apoio financeiro, com exceção de subvenções (PI 3.3) - Número de participantes desempregados que beneficiam dos apoios à contratação (PI 8.1) - Número de participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais (PI 8.1) - Número de participações de desempregados em unidades de formação de curta duração (PI 8.5) - Número de pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas (PI 8.5) - Número de PME apoiadas em programas de formação-ação (PI 8.5) - Número de estratégias específicas de valorização de recursos endógenos (PI 8.9) - Número de escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária (PI 9.1) - Número de participantes em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9.1) - Número de projetos de inovação e experimentação social apoiados (PI 9.1) - Número de escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo (PI 10.1)	no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do sector empresas) (PI 1.2) - Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME (empresas até 250 trabalhadores) (PI 3.3) - Valor de exportações no Volume de Negócios nas PME (PI 3.2) - Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação (PI 8.1) - Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional (PI 8.1) - Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas (PI 8.5) - Participações certificadas de desempregados em unidades de formação de curta duração (PI 8.5) - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio (PI 8.5) - Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (PI 8.9, 9.10) - Escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 9.1) - Aluno/a(s) das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudo (PI 9.1, 10.1) - Projetos de inovação e experimentação social concluídos (PI 9.1)	

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		A <u>reduzida harmonização de procedimentos e de regras entre os vários PO, tipologias e fundos</u>, que dificultam a execução e o reporte dos projetos, são um entrave para a simplificação proposta pela adoção de OCS. <u>Não existem incompatibilidades formais entre OCS e a legislação nacional</u>. Contudo, relativamente à <u>contratação pública</u>, a sua articulação com as OCS suscita dúvidas em matérias específicas como o conceito de “controlo total de gestão da operação” nas operações, na qual uma parte significativa dos custos da operação está abrangida por contratos públicos. AG e os beneficiários auscultados sugerem a <u>utilização mais extensiva das OCS</u> alargando a utilização das taxas fixas a operações com custos com pessoal de peso elevado e a operações em que os custos indiretos podem ser objetivamente calculados em função dos custos diretos. AG e os beneficiários auscultados sugerem o <u>alargamento da utilização das tabelas normalizadas de custos unitários</u> a operações em que este tipo de custo é passível de ser calculado, p. e., nas ofertas formativas	- Número de participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1)	- Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9.1) - Aluno/a(s) das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudo (PI 10.1) - Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 10.1) - Participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1)	
Avaliações territoriais					
3 4 5 6	9.1 9.4; OT3/Me dida 4 – Ação 3.4 PEDU/ PARUS 6.5 PEDU/ PAMUS 4.5 PEDU/ PAICD 9.8 PARUS 6.5 MUS 4.5 PAICD 9.8	Com o objetivo de aumentar a convergência económica e a coesão territorial, a Abordagem Territorial do Portugal 2020 <u>intensificou soluções implementadas em períodos de programação anteriores com um conjunto de resultados positivos, a seguir identificados</u>. i) Aprofundou os processos de planeamento estratégico territorial às escalas regional e sub-regional, o que foi indispensável para promover a participação dos atores territoriais na identificação partilhada de problemas/oportunidades, capacitar as organizações, legitimar as lideranças e responsabilizar todos os parceiros na obtenção dos resultados contratados. ii) Fomentou o encadeado lógico dos instrumentos desenvolvidos na fase de conceção, o que foi promotor de um quadro de articulação estratégico vertical (regional – sub-regional – local), essencial para uma territorialização eficaz e eficiente. iii) Em termos conceptuais, considerou os princípios adequados para promover a integração das políticas sectoriais pertinentes: possibilidade de serem executadas operações relacionadas com diferentes sectores num mesmo território a partir de um mesmo instrumento territorializado ou ao facilitar a articulação entre instrumentos com diferentes finalidades. iv) Reforçou um modelo de governação territorial que ao potenciar a capacidade de liderança territorial, a cooperação entre atores e uma gestão mais próxima dos beneficiários, contribui para uma maior coordenação entre políticas, programas e instrumentos, ao nível vertical e horizontal.	- Número de escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária (PI 9.1) - Número de participantes em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9.1) - Número de projetos de inovação e experimentação social apoiados (PI 9.1) - Número de estratégias específicas de valorização de recursos endógenos (PI 8.9) - Número de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo auto emprego (PI 9.6) - Número de estratégias DLBC apoiadas (PI 9.10) - Número de planos de mobilidade urbana sustentável implementados (PI 4.5) - Espaços abertos, criados ou reabilitados em áreas urbanas (PI 9.8) - Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas (PI 6.5)	- Escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 9.1) - Aluno/a(s) das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudo (PI 9.1, 10.1) - Projetos de inovação e experimentação social concluídos (PI 9.1) - Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9.1) - Projetos concluídos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais (PI 9.4)	42. Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020 no Contexto da Convergência e Coesão Territorial

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
DLBC Costeiro 9.6 9.10 Prioridade 4 do FEAMP DLBC Rural 9.6 9.10 Medida 10 DLBC Urbano 9.6; 9.10 PROVER E 8.9 (PO Algarve - Programa a PADRE)		Não obstante, as soluções definidas não permitiram superar estrangulamentos estruturais das abordagens territoriais no âmbito da Política de Coesão em Portugal, ao que não são alheias as <u>limitações do quadro político-institucional</u> vigente para cumprir os objetivos definidos nesta abordagem, nomeadamente em termos de <u>planeamento e de coordenação e liderança institucional do processo de desenvolvimento regional</u> .	- Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (PI 6.5)	- Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (PI 8.9, 9.10) - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem empregadas 12 meses após fim do apoio (PI 9.6) - Emissão estimada dos gases com efeito estufa (PI 4.5) - Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (PI 9.8) - Aumento do grau de satisfação dos residentes em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (PI 6.5)	
		A passagem do planeamento para a operacionalização e programação financeira resultou numa <u>insuficiente adaptação da execução às necessidades específicas dos territórios e em débeis níveis de sinergia e complementaridade. Para que tal ocorresse terão contribuído os seguintes aspetos:</u>			
		i) Limitações na mobilização e articulação das políticas públicas que melhor respondem às necessidades e oportunidades territoriais devido: a) à limitada apropriação da Abordagem Territorial pelos promotores das políticas setoriais e à não salvaguardada da articulação entre as políticas setoriais territorializadas e as EIDT/PDCT; b) à ausência de instrumentos de planeamento sectorial intermunicipal que permitam a montante da execução dos FEEL a construção de redes de provisão de âmbito intermunicipal e uma consequente priorização dos investimentos segundo esta lógica; c) prevalência da lógica de coesão e redistribuição sobre uma lógica de convergência e de competitividade; d) reduzida articulação entre as medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade e os demais instrumentos de base territorial que atuam nestes territórios.			
		ii) Confronto entre o modelo de governança territorial adotado e as insuficiências estruturais de governação multinível que não se encontram ultrapassadas, bem como a heterogeneidade de desempenhos das CIM/AM em termos de liderança de instrumentos de base territorial e de promoção da cooperação intermunicipal.			
		iii) Debilidades na arquitetura de instrumentos afetos à territorialização das políticas públicas dado que se verificou: a) uma densificação instrumental e o robustecimento de domínios que integram esses instrumentos, o que conduz a situações de potencial sobreposição estratégica, redundância operacional de metas e eventual canibalização de grupos-alvo; b) um privilegiar do alinhamento entre a territorialização dos instrumentos e a organização do Estado, o que pode limitar em alguns territórios a capacidade de acelerar as dinâmicas funcionais que se colocam em matéria de desenvolvimento regional; c) uma uniformização regional na afetação das Prioridades de Investimento por NUTS III, realizada a partir de um processo de concertação entre as Autoridades de Gestão dos PO Regionais e as CIM/AM; d) uma ausência de instrumentos que promovam a cooperação em rede de natureza transregional ou orientados para o reforço do policentrismo a partir de projetos que fortaleçam as redes urbanas/regionais/nacionais; e) a abordagem adotada e o mapeamento utilizado na base da operacionalização das medidas de diferenciação positiva para “territórios de baixa densidade”, revelam margens muito			

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		significativas de melhoramento e clarificação, no sentido de aumentar a sua relevância, eficácia e impacto			
3 4 5 6 7 8	2.3. 4.3. 6.3. 8.3. 8.8. 9.1. 9.4. 9.7. 10.1. 10.5. 4. (PDR) DLBC DLBC Rural Continente 8.8/8a (FEDER) 6.3/6c. (FEDER) 8.3/8iii. (FSE) 9.1/9i. (FSE) DLBC Rural DLBC Costeiro Promoção de Planos de Mar (FEAMP) 8. (FEAMP) DLBC Urbano 8.8/8a. (FEDER) 8.3/8iii. (FSE)	Os Instrumentos Territoriais (IT) contribuíram para <u>consolidar a escala sub-regional de governação (CIM/AM), diversificando a estratégia de contratualização</u> i) permitindo criar aprendizagem em novos domínios de política (p.e. área das empresas e empreendedorismo e educação); ii) atribuindo competências delegadas que robusteceram o alinhamento da intervenção com atribuições formalmente instituídas; e iii) alargando o espetro de relações com beneficiários privados (p.e. empresas). Os ganhos do modelo de governação multinível são menos sensíveis ao nível dos DLBC, nos quais a operacionalização dos IT não assegurou de forma suficiente a construção de uma maior iniciativa no nível local de governação. A coerência dos IT com as EIDT e as EDL é salvaguardada pela abrangência destes instrumentos de planeamento que asseguram um referencial estratégico capaz de valorizar o contributo das prioridades de intervenção contratualizadas para a sua concretização. No entanto, <u>a interação entre estratégia e a programação é parcial, por via dos aspetos a seguir explicitados:</u>	- Número de serviços da Administração Pública apoiados (PI 2.3) - Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa (PI 4.3) - Redução anual do consumo de energia primária (iluminação pública/edifícios públicos) (PI 4.3) - Aumento esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio (PI 6.3) - Número de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo auto emprego (PI 8.3) - Número de empresas que beneficiam de apoio/subvenções (PI 8.8) - Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 8.8) - Número de participantes em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9.1) - Número de projetos de inovação e experimentação social apoiados (PI 9.1) - Número de escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária (PI 9.1) - Número de equipamentos sociais e de saúde apoiados (PI 9.7) - População abrangida por serviços de saúde melhorados (PI 9.7) - Número de escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo (PI 10.1) - Número de participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1) - Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (PI 10.5)	- Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos (PI 2.3) - Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras (PI 2.3) - Consumo de energia primária na administração regional e local (PI 4.3) - Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (PI 6.3) - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem empregadas 12 meses após o fim do apoio (PI 8.3) - Postos de trabalho criados/ manutenção foi apoiada (PI 8.8) - Escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 9.1) - Aluno/a(s) das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudo (PI 9.1, 10.1) - Projetos concluídos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais (PI 9.4) - Grau de cobertura de utentes com necessidades de acompanhamento em saúde mental (PI 9.7) - Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram,	43. Avaliação da operacionalização de Instrumentos Territoriais (PDCT e DLBC)

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
				aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 10.1) – Participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes ou outros agentes de educação e formação (PI 10.1) – Alunos do EB1 integrados em regime letivo normal (rede pública) (PI 10.5) – Taxa de cobertura do pré-escolar (% de crianças) (PI 10.5)	
		i) As prioridades de intervenção contempladas foram insuficientemente diversificadas para permitir um ajustamento à diversidade dos territórios. Os domínios da mobilidade, valorização do património e ligação ao potencial endógeno, apoios à competitividade e inovação e regeneração urbana são alguns exemplos de insuficiência nos PDCT. Nos DLBC ficaram inicialmente de fora áreas tradicionalmente apoiadas pelo LEADER, nomeadamente no âmbito do apoio ao sector social e associativo na área cultural e desportiva. ii) A coerência foi ainda prejudicada por problemas de operacionalização verificados em algumas PI: eficiência energética, área social, modernização administrativa nos PDCT, os pequenos investimentos na agricultura, numa fase inicial em alguns territórios, e os produtos locais de qualidade, nos DLBC Rurais ou o S2E nos DLBC Urbanos, que estreitaram a ambição das estratégias As PI têm níveis de adequação diferentes: no caso dos DLBC, essas diferenças resultam sobretudo da forma como foram operacionalizadas, conduzindo a uma implementação mais focada em projetos orientados para o desenvolvimento agrícola (DLBC Rural) e turismo aquático (DLBC Costeiro), assim como para o tecido empresarial, associado à criação de emprego, do que para o desenvolvimento local integrado e multisectorial. No caso dos PDCT a perceção da desadequação das PI foi mais acentuada nos territórios mais dinâmicos, correspondendo, sobretudo, às regiões do litoral e de alta densidade. O <u>modelo concorrencial com negociação</u> para a seleção dos PDCT e DLBC é mais valorizado pelos contributos para estimular e propiciar um contexto de mobilização dos <i>stakeholders</i> para o exercício de planeamento estratégico; é menos valorizado nas CIM/AM do Litoral e nas regiões com PIB mais elevado, que penalizam o seu contributo na simplificação e celeridade nos processos de seleção. A <u>estratégia de delegação de competências</u> com as CIM/AM é globalmente ajustada aos objetivos visados no âmbito da governação multinível e, mais especificamente, da contratualização da gestão para a execução dos PDCT.	– Número de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo auto emprego (PI 8.3) – Aumento esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio (PI 6.3) – Número de empresas que beneficiam de apoio (PI 8.8) – Número de empresas que beneficiam de subvenções (PI 8.8) – Aumento do emprego em empresas apoiadas (PI 8.8) – Número de escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária (PI 9.1) – Número de participantes em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9.1) – Número de projetos de inovação e experimentação social apoiados (PI 9.1)	– Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem empregadas 12 meses após o fim do apoio (PI 8.3) – Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (PI 6.3) – Postos de trabalho criados/ manutenção foi apoiada (PI 8.8) – Escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 9.1) – Aluno/a(s) das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudo (PI 9.1, 10.1) – Projetos de inovação e experimentação social concluídos (PI 9.1) – Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9.1)	

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		No caso dos GAL, a inexistência de competências delegadas, mas uma articulação funcional, enfatizou a dimensão técnico administrativa: o poder de aprovação das candidaturas recai sobre a estrutura técnica do PO. No caso do PDR e do MAR2020 a opção de contratualização é mais abrangente e dá maior substância à função de gestão dos GAL e à capacidade de decisão local. Na base das <u>baixas taxas de execução</u> estão aspetos relacionados com o tardio arranque da operacionalização dos IT, e também dificuldades por parte das CIM/AM na ativação de procura e de operacionalização dos processos de gestão pelas CIM/AM e GAL. A execução dos PDCT concentrou-se num número reduzido de PI: 50% do custo total aprovado no domínio da educação (concentrando-se mais em territórios de maior densidade populacional), seguida do empreendedorismo. Existe uma relativa padronização no perfil de contributo do DLBC para o desenvolvimento dos territórios, centrando-se sobretudo no desenvolvimento empresarial através da criação, expansão e modernização de micro e pequenas empresas na criação de emprego (todos os DLBC), na modernização e capacitação das empresas do setor agrícola e pecuário (DLBC Rurais do Continente) e no desenvolvimento de turismo em espaço aquático (DLBC Costeiros).			
6	9.1	Os CLDS tiveram um <u>bom desempenho ao nível dos resultados, revelando-se úteis para as pessoas abrangidas</u>. As ações programadas pelos projetos foram cumpridas assim como os seus objetivos específicos, de uma forma geral, ainda que <u>o cumprimento dos objetivos específicos seja assimétrico quanto ao tipo de objetivo e aos eixos de intervenção, explicado por:</u> i) Os resultados dos projetos são mais positivos no eixo centrado nas dimensões de intervenção familiar e ao nível da mudança de atitudes dos destinatários e menos nos eixos que despoletariam a transformação das suas condições de vida. ii) Persiste uma lógica mais tradicional de assistência social centrada na família, subalternizando intervenções dirigidas a outros fatores estruturais da pobreza, como a promoção da inclusão no mercado de trabalho, o fortalecimento do tecido associativo local e do <i>empowerment</i> das comunidades, e a transformação das lógicas de intervenção dos serviços locais iii) O Programa CLDS constitui-se como um instrumento de reforço da Rede Social. A informação recolhida no terreno indicia que as equipas dos projetos CLDS trabalharam frequentemente como autênticas equipas técnicas do CLAS, assumindo simultaneamente um papel de liderança, mediação e suplemento na intervenção social nestes territórios. iv) Identificada forte articulação com os serviços do IEPF, tendo-se registado ganhos na identificação e encaminhamento de beneficiários para medidas ativas de emprego e acompanhamento mais próximo dos beneficiários em atividades de procura ativa de emprego. v) Identificada forte articulação com a medida Rendimento Social de Inserção e um papel complementar também face às equipas de RSI (acompanhamento mais próximo dos	- Número de escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária (PI 9.1) - Número de participantes em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9.1) - Número de projetos de inovação e experimentação social apoiados (PI 9.1)	- Escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (PI 9.1) - Aluno/a(s) das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudo (PI 9.1, 10.1) - Projetos de inovação e experimentação social concluídos (PI 9.1) - Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9.1)	46. Avaliação do impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		beneficiários, reforçando o cariz multisetorial das intervenções junto destes – em particular, a ligação entre as áreas da intervenção familiar e do emprego). A competência das equipas técnicas, a capacidade das entidades coordenadoras e executoras, não só ao nível das suas competências e funcionamento e da liderança, como também ao nível da sua capacidade para envolver os parceiros, outros técnicos e as populações, constituíram os <u>fatores que mais influenciaram os resultados</u> – positivamente na sua presença e negativamente na sua ausência. O cumprimento das ações dos objetivos específicos <u>não significa que o impacto sobre a pobreza e a coesão territorial seja alcançada</u>. O problema está em que tais ações e objetivos específicos são, no geral, largamente insuficientes face à dimensão dos problemas dos territórios vulneráveis. Os CLDS tentam dar resposta a duas lógicas distintas: dar uma resposta a nível nacional: i) à escala concelhia, através das redes sociais e simultaneamente, ii) promover a coesão territorial, através da concentração dos apoios aos territórios mais desfavorecidos conduzindo à dispersão de apoios por diferentes intervenções, afetando recursos insuficientes aos territórios/comunidades mais desfavorecidos, face à escala dos problemas. <u>Mas:</u> i) Dispersão de apoios por diferentes intervenções, afetando recursos insuficientes aos territórios/comunidades mais desfavorecidos, face à escala dos problemas ii) O número e o detalhe das especificações que as ações obrigatórias de cada eixo devem cumprir aumentaram ao longo das várias gerações, o que é um obstáculo à adequação do programa aos problemas específicos de cada território, obrigando os projetos a alocarem recursos, já se si escassos, a ações que podem ser pouco pertinentes no seu território, em detrimento de outras ações consideradas centrais face aos problemas existentes. iii) O desaparecimento do eixo de intervenção informação e acessibilidades, quando as competências em tecnologias de informação e comunicação continuam a ser deficitárias na população e as ações deste eixo, durante a primeira geração do programa, obtiveram resultados muito positivos e com um contributo muito relevante para os restantes eixos iv) Duração dos projetos relativamente curta face à necessidade de intervenções continuadas no tempo Os indícios de <u>sustentabilidade</u> das intervenções CLDS são fracos. Em geral, os serviços e atividades desenvolvidos pelos CLDS acabam por terminar com o fim do programa. São raros os casos em que as atividades continuam a ser asseguradas por outras instituições locais. Adicionalmente, a elevada rotatividade da equipa técnica reforça as fragilidades da sustentabilidade das ações do Programa. A aferição dos efeitos do Programa é fortemente condicionada pela <u>ausência de informação</u>, nomeadamente relativa a metas globais de combate à pobreza associadas aos CLDS,			

Eixo Prioritário	PI	Conclusões das avaliações	Indicador de Realização relacionado	Indicador de Resultado relacionado	Nº da Avaliação no PGA PT2020
		possibilitando a medição do efeito dos CLDS na promoção da coesão e redução da pobreza, assim como da caracterização dos beneficiários dos CLDS ou das próprias entidades executoras.			
		<u>Sem os FEEI, os CLDS não poderão funcionar nos moldes em que são atualmente implementados</u> , e provavelmente sem o financiamento europeu as ações desenvolvidas, consideradas úteis embora limitadas, se tornariam inviáveis.			

III. ANÁLISE SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Dos resultados das avaliações previstas no PA do PO Algarve 2020 destacam-se das seguintes lições de experiência:

i) Conclusões mais assentes em evidências e recomendações mais diretamente associadas a conclusões, mas ainda com espaço para melhoria,

nomeadamente: i) o estabelecimento de uma forte ligação entre conclusões e evidências que as suportam (por via da construção e implementação da Matriz de avaliação que relacione questões de avaliação – elementos da TdM a testar – indicadores – técnicas de recolha de informação/fontes), ii) a resposta direta a cada questão de avaliação com indicação das principais evidências que a fundamentam, sistematizada numa caixa síntese no início de cada questão de avaliação, iii) a associação direta das recomendações às conclusões.

Nas apreciações aos relatórios (pareceres dos grupos de acompanhamento) destacaram-se ainda: i) melhoria da fundamentação das conclusões; ii) maior transparência na robustez das evidências que sustentam as conclusões; iii) eliminação de conclusões especulativas ou assentes em considerações pessoais da equipa de avaliação; iv) produção de um discurso analítico e de síntese que não se limite a coletar informações apresentadas no corpo do texto; v) conclusões claras, concretas e sintéticas; vi) recomendações mais focadas e incisivas, em número mais reduzido; vii) garantir que todas as recomendações resultam de alguma conclusão e que as conclusões, sempre que aplicável, se traduzem em recomendações; viii) recomendações com destinatários claramente identificados.

Apesar da elevada diversidade das conclusões produzidas no conjunto das avaliações realizadas, algumas perpassam várias avaliações, incidindo em diferentes dimensões de análise: relevância, eficácia, coerência, eficiência, eficiência operativa, valor acrescentado ou impacto socio económico.

Do conjunto das avaliações, encontram-se recomendações semelhantes em várias avaliações, nomeadamente:

- Reforço dos mecanismos de monitorização;
- Realização de avaliações/estudos mais frequentes e mais focados;
- Necessidade de maior envolvimento dos *stakeholders*;
- Lógica incremental, de *fine tuning* dos instrumentos de apoio/instrumentos de política pública ou da sua forma de implementação;
- Necessidade de manter/reforçar a seletividade nos apoios atribuídos;
- A simplificação e agilização dos processos associados ao acesso e atribuição de apoios.
- Desenvolver ações de formação, a par do dimensionamento adequado das estruturas de gestão, que permitam o reforço da capacitação técnica das estruturas da AG e OI;
- Melhorar práticas de governação multinível;

i) Construção e implementação de um modelo de *follow-up*, com resultados, mas com necessidade de afinação do modelo

Por que segue as [Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 \(follow-up\)](#)). Para as avaliações concluídas até 2022 no âmbito do PGA PT2020, o ponto de situação do *follow-up* das avaliações de impacto e de processo das avaliações globais, temáticas e territoriais, ou seja, 20

avaliações finalizadas (excluem-se as *ex ante* dos instrumentos financeiros e as de programa) é o seguinte (Cf. maior detalhe no Anexo 3):

Figura 2. Síntese do *Follow-up* das avaliações concluídas do PGA PT2020

15 Avaliações concluídas com *follow-up* em curso ou concluído (soma das duas imagens seguintes)

Nº Recomendações	Aceites para <i>follow-up</i>
434	235
	Aceites para conhecimento
	195
	Não aceites
	4

Notas:

- Não inclui a "Avaliação do Impacto macroeconómico do Portugal 2020" e a "Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento dos diplomados do ensino superior", uma vez que estas avaliações não deram origem a recomendações
- Não inclui a "Avaliação da implementação, eficácia e eficiência da Iniciativa Emprego Jovem" porque as suas as suas recomendações foram integradas diretamente na reprogramação da IEJ
- Não inclui a "Avaliação do contributo dos FEEL para a modernização e capacitação da administração pública" e a "Avaliação da operacionalização de Instrumentos Territoriais", porque os *follow-up* ainda não se iniciaram

7 Avaliações concluídas com *follow-up* em curso

Nº Recomendações	Aceites para <i>follow-up</i>
258	167
	Aceites para conhecimento
	89
	Não aceites
	2

8 Avaliações concluídas com *follow-up* concluído

Nº Recomendações	Aceites para <i>follow-up</i>	Aceites: Plano de ação	Implementada (parcial, totalmente ou em curso)	Não implementada / A implementar no futuro
176	68	3	49	19
	Aceites para conhecimento	Aceites: implementada ou sem Plano de ação		
	106	60		
	Não aceites	Não aceite		
	2	5		

O modelo de *follow-up* elaborado e implementado no âmbito do PGA PT2020, seguido pelo PA do PO Algarve 2020, foi tendo ajustamentos ao longo do tempo, tentando acolher as aprendizagens que se iam retirando do próprio processo de implementação, com a preocupação de não complexificar o processo, introduzindo todas as variantes que iam surgindo. Houve mesmo uma simplificação na redução do número de quadros a preencher. Considera-se que ainda assim as **lições da experiência** nos permitirão melhorar os seguintes aspetos:

- O acolhimento e implementação das recomendações e a participação ativa no processo de *follow-up* das entidades destinatárias das recomendações requer um comprometimento inicial destas entidades com o processo avaliativo;
- Um processo de *follow-up* eficaz requer, por isso, que sejam encontradas formas de envolvimento mais precoce;
- Requer ainda que seja um processo colaborativo e com formas de articulação mais próximo;
- Quanto mais objetivas, fundamentadas em conclusões robustas e adequadas são as recomendações e dirigidas à entidade (apenas a uma entidade) certa, maior a probabilidade de serem implementadas.

A **Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Algarve**, da responsabilidade do PO Algarve, revelou que os instrumentos e as formas de apoio mobilizados pelo Programa eram adequados às necessidades dos grupos-alvo e da região, revelando ainda um desempenho globalmente positivo no cumprimento das metas de realização e resultado. Pese embora esse desempenho positivo, a avaliação mostrou um quadro ainda pouco conclusivo da capacidade do Programa alcançar os seus principais objetivos devido ao efeito da pandemia no ritmo e na capacidade de execução do PO.

Porém, a ação do PO Algarve não foi suficiente para induzir a desejada alteração do padrão de especialização produtiva da região, mas a Avaliação veio reconhecer a sua capacidade para reagir aos efeitos adversos da conjuntura económica, permitindo manter postos de trabalho e prosseguir investimentos que não se teriam realizado sem os apoios concedidos. Concluiu-se ainda que, a lógica de intervenção e as temáticas enquadradoras da arquitetura programática do PO Algarve foram globalmente relevantes, possibilitando processos de continuidade e de robustecimento da estratégia política regional no próximo período de apoios comunitários.

Em sede de programação do novo **Programa Regional para o período 2021-2027**, as lições de experiência e recomendações expostas pelas diferentes avaliações previstas no PA do PO Algarve 2020 foram determinantes e devidamente consideradas, no âmbito dos Objetivos de Política e Objetivos Específicos mobilizados, ainda que salvaguardando o preconizado na Regulamentação Europeia, com a qual se conformaram as prioridades regionais do Algarve. Tais prioridades conduziram ao reforço dos apoios às pessoas e à promoção das suas qualificações e

competências, às empresas e à sua competitividade, bem como à valorização do território e dos seus ativos, designadamente pela assunção de instrumentos territoriais mais robustos, privilegiando o papel dos municípios e a escala intermunicipal.

ANEXOS

ANEXO 1. AVALIAÇÕES DO PGA PT2020/PA PO ALGARVE 2020 REALIZADAS

Identificador do PGA PT2020	Descrição da(s) intervenção(ões) objeto de avaliação	Lista de avaliações PT 2020	Programas												Data realização	Fundo	Objetivo Temático				
			PO AT	PO CI	PO ISE	PO CH	PO SEUR	PO NORTE	PO CENTRO	PO ALentejo	PO LISBOA	PO ALGARVE	PO AÇORES	PO MADEIRA				PDR CONTINENTE	PDR AÇORES	PDR MADEIRA	PO MAR 2020
15	Intervenções que compõem o PO Algarve	15. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Algarve										●							Julho 2022	FSE FEDER	OT1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10 e 11
43	Intervenções abrangidas pelos Instrumentos Territoriais (PDCT e DLBC): PDCT: PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5, 4. (PDR); DLBC: OLBC Rural Contínente - PI 10.2.1.1, 10.2.1.2, 10.2.1.3, 10.2.1.5, 10.2.1.6 (FEADER); 8.8/8.1 e 6.3 (FEDER); 8.3 e 9.1 (FSE); OLBC Rural RA Madeira - 19.2.1 e 19.2.2 (PDR Madeira); OLBC Costeiro - Promoção de Planos de Mar; 8. (FEAMP); OLBC Urbano - 8.8/8.1 (FEDER); 8.3 (FSE)	43. Avaliação da operacionalização de Instrumentos Territoriais	●	●	●	●	●	●	●	●	●			●	●	●	●		Julho 2022	FSE FEDER	OT 2, 4, 5, 6, 8, 9 e 10
17	Intervenções que compõem o PO Madeira	17. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional Madeira 14-20												●					Junho 2022	FSE FEDER	OT1 a OT11
34a)	RVOCE ofertas formativas para desempregados: parte da PI 10.3 Centros Qualifica (CQ); Educação e Formação de Adultos (EFA); parte da PI 8.5 Formação Modular (desempregados); Vida Ativa para Desempregados; parte da PI 9.1 Formação Modular para Desempregados de longa Duração (DLD); Vida Ativa para DLD	34 a) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e reinserção no mercado de trabalho dos adultos			●	●					●	●	●	●					Maio 2022	FSE	OT8 OT9 OT10
34b)	RVOCE ofertas formativas para empregados: parte da PI 10.3 Centros Qualifica (CQ); Educação e Formação de Adultos (EFA); parte da PI 8.5 Formação Ação para PMEs; Formação Autônoma; Formação Modular (empregados); Formação para a Inovação Empresarial; Qualificação e Internacionalização PME Individual (formação integrada nos Sistemas de Incentivos)	34 b) Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a melhoria das qualificações e melhoria da qualidade dos empregos dos adultos empregados	●	●	●		●	●	●	●	●	●	●	●					Maio 2022	FSE	OT8, OT9 OT10, OT11
36	Bolsas de Ensino Superior para alunos carenciados: parte da PI 10.2	36. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento dos diplomados do ensino superior			●	●													1. Dez 2020 2. Maio 2022	FSE	OT10
29	Intervenções que compõem a IPS: parte da PI 9.5 Programa de Capacitação para o Investimento; parte da PI 9.5 e 9.1 Programa de Parcerias para o Impacto; Títulos de Impacto Social; parte da PI 10.1 Socia/Ações de inovação social para experimentação e testes de novas respostas na área educativa; Programa de Parcerias para o Impacto; Títulos de Impacto Social	29. Avaliação das medidas de promoção de Inovação social	●	●	●						●	●							Fevereiro 2022	FSE	OT9
50	Intervenções com vista à integração no mercado de trabalho de pessoas em situação de desemprego: 8.1: (adultos) Incentivos à Criação de Postos de Trabalho, Estágios Profissionais/ Emprego; (jovens) Estágios Profissionais; Experiência de trabalho para jovens; 8.3 Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas; 9.1 Inclusão ativa de grupos vulneráveis: Programas Ocupacionais, Vida e Trabalho e Empresas de Inserção	50. Avaliação do impacto das medidas de emprego apoiadas pelo MADEIRA 14-20											●						Janeiro 2022	FSE	OT8
22	Intervenções com vista à modernização e capacitação da administração pública: PI 2.3 Promoção das TIC na administração e serviços públicos (Sistema de apoio à modernização e capacitação da Administração Pública (SAMAP)); novos modelos integrados de atendimento descentralizado na AP (lojas de cidadania, espaços de cidadania e serviços itinerantes); Promoção de uma administração em rede; PI 11.1 Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos; Capacitação Administração Pública; Capacitação dos serviços da administração local e da administração central descentralizada; Formação dos trabalhadores da AP ; Formação Profissional da AP (e intervenções equivalentes do QREN)	22. Avaliação do contributo dos FEEI para a modernização e capacitação da administração pública	●				●	●	●	●	●	●	●	●		●	●		Dezembro 2021	FSE FEDER	OT2 OT11
16	Intervenções que compõem o PO Açores	16. Avaliação Intercalar do Programa Operacional dos Açores 2014-2020											●						Novembro 2021	FSE FEDER	OT1 a OT11
3	Todas as intervenções do Portugal 2020	3. Avaliação do Impacto macroeconómico do Portugal 2020	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Setembro 2021	FSE FEDER FC	Todos

(continua)

Anexo 1. Avaliações do PGA PT2020/PA PO ALGARVE 2020 realizadas e em curso (continuação)

Identificador do PGA PT2020	Descrição da(s) intervenção(ões) objeto de avaliação	Lista de avaliações PT 2020	Programas											Data realização	Fundo	Objetivo Temático																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
			PO AT	PO CI	PO SE	PO CH	PO SEUR	PO NORTE	PO CENTRO	PO ALentejo	PO LISBOA	PO ALGARVE	PO AÇORES				PO MADEIRA	PO CONTINENTE	PO AÇORES	PO MADEIRA	PO MAR 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
41	Intervenções abrangidas nos QOS (excluindo o período de baixo montante): PI 1.2 SIAC ou SAAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas; PI 2.2 Intervenção das PME; PI 2.3 Qualificação e inovação das PME; PI 2.4 Estágios profissionais, Estágios profissionais (com participação pelo P-RAM), Estágios profissionais na Administração Pública; PI 2.5 Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAU); Emprego jovem ativo; PI 2.5 Vida ativa, Formação Profissional para Trabalhadores por Conta e Outros; PI 2.9 Operações e atividades aos projetos de dinamização, coordenação e acompanhamento, no âmbito do PROVERE; PI 2.9 Contato Emprego-Inserção para pessoas com deficiência e incapacidade, Trabalho Socialmente Necessário (CIE e CEH); PI 2.9 Parcerias com o Inspecto, Projetos inovadores/especializados nas áreas sociais; Programa de Capacitação para o Investimento Social; PI 2.10 Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEJ); Formação de docentes e outros agentes de educação e formação; PI 2.10 TBSP; Programas de Desenvolvimento e Robótica de Pós-graduação; PI 2.10 Centros Qualifica, Cursos de Aprendizagem, Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA); PI 2.10 Ensino Profissional; PI 2.11 Formação Profissional para a Administração Pública, Capacitação da Administração Local e da Administração Descentralizada; PI 2.12 Capacitação de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial nos domínios de educação, do emprego e empreendedorismo, da aprendizagem ao longo da vida, da formação e das políticas sociais; PI 2.13 Assistência técnica; FEADER: Grupos Operacionais, Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL, Cooperação Interterritorial Transnacional dos Grupos de Ação Local; Custos de Funcionamento e Animação; Ações de Formação, Assistência técnica, R&D, Interprofissionais	41. Avaliação da aplicação de custos simplificados																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														

(continua)

Anexo 1. Avaliações do PGA PT2020/PA PO ALGARVE 2020 realizadas e em curso (continuação)

Identificador do PGA PT2020	Descrição da(s) Intervenção(ões) objeto de avaliação	Lista de avaliações PT 2020	Programas												Data realização	Fundo	Objetivo Temático				
			PO AT	PO CI	PO IE	PO CH	PO SEUR	PO NORTE	PO CENTRO	PO ALENTEJO	PO LISBOA	PO ALGARVE	PO AÇORES	PO MADEIRA				PDR CONTINENTE	PDR AÇORES	PDR MADEIRA	PO MAR 2020
27	Intervenções que se no âmbito da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ): PIS 2 (parcial) Qualificação/ Emprego (Vida Ativa IEJ, Programa Retomar, Programa de Reconversão Profissional IAGIR (Açores)), Estágios Profissionais (Estágios IEJ, Emprego Jovem Ativo, PERAL, Estágios PEPAC-Missões; IMQ VContato, Estágios T (Açores), Estágios Madeira); Apoios ao Emprego (Apoios à contratação IEJ, Empreende Já, Cooploveni; Programa de Incentivo à Inserção do Estágio L e T (Açores), Integra e Projetos locais de empreendedorismo jovem (Açores)	27. Avaliação da implementação, eficácia e eficiência da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ)			●														Janeiro 2018	FSE / IEJ	OT8
31	Instrumentos Financeiros para a inovação e empreendedorismo social, para o microempreendedorismo e criação do próprio emprego e para os empréstimos a estudantes do ensino superior	31. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a inovação e empreendedorismo social, para o microempreendedorismo e criação do próprio emprego e para os empréstimos a estudantes do ensino superior (Lote 2)			●	●		●	●	●	●	●	●	●					Novembro 2015	FEDER FSE	OT8 OT9
40	Instrumentos Financeiros para a eficiência energética e gestão eficiente da água e dos resíduos	40. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a eficiência energética e gestão eficiente da água e dos resíduos (Lote 3)					●	●	●	●	●	●	●	●					Novembro 2015	FC FEDER	OT4 OT6
48	Instrumentos Financeiros para a regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas	48. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para a regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas (Lote 4)					●	●	●	●	●	●	●	●					Setembro 2015	FC FEDER	OT6 OT9
26	Instrumentos Financeiros para o apoio direto às empresas	26. Avaliação ex ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: IF para o apoio direto às empresas (Lote 1) (*)		●				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Maio 2015	FEDER	OT3
5	Intervenções alinhadas com a Estratégia Nacional para o MAR: projetos do PO MAR 2020 ou de Desenvolvimento local de Base Comunitária (DLBC) costeiras; projetos em PI relevantes para a ENIM e com uma Classificação da Atividade Económica (CAE) exclusivamente na C; projetos em PI relevantes para a ENIM e pertencentes a Instituições Públicas exclusivamente na C; projetos em PI relevantes para a ENIM, alinhadas com a ENIE ou (IES) e identificadas como Mar na aceção da IRES da respetiva região; projetos em PI relevantes para a ENIM, não alinhadas com a ENIE ou IES, pertencentes a uma área científica ou de formação no Mar; projetos em PI relevante para a ENIM, não alinhadas com a ENIE ou IES, não pertencentes a uma área científica ou de formação no Mar, mas que constam na listagem das atividades Mar ainda não consideradas	5. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●			●		Em curso		
8	Intervenções que se no âmbito do PO IE	8. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego			●														Em curso		
9	Intervenções que se no âmbito do PO CH	9. Avaliação intercalar do Programa Operacional Capital Humano				●													Em curso		
10	Intervenções que se no âmbito do PO SEUR	10. Avaliação do contributo dos FEEI para os objetivos do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos					●												Em curso		
12	Intervenções que se no âmbito do PO Centro	12. Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020							●										Em curso		
13	Intervenções que se no âmbito do PO Alentejo	13. Avaliação intercalar do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020								●									Em curso		
14	Intervenções que se no âmbito do PO Lisboa	14. Avaliação intercalar do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020									●								Em curso		
20	Intervenções do Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva: PI 1.2: SI Inovação (Inovação Produtiva Não PME, inclui Regime Contratual); PI 3.3: SI Inovação (Inovação produtiva PME, inclui Regime Contratual)	20. Avaliação do impacto do Sistema de Incentivos à Inovação Empresarial na concorrência		●				●	●	●	●	●							Em curso		
51	Intervenções de apoio à Digitalização da Educação: PI 10.1: CRII - Escola Digital - Reforço da rede de equipamentos tecnológicos e de conectividade; Formação de docentes e outros agentes de educação e formação; Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar	51. Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a digitalização da educação			●			●	●	●	●	●							Em curso		

(continua)

Anexo 1. Avaliações do PGA PT2020/PA PO ALGARVE 2020 realizadas e em curso (continuação)

Identificador do PGA PT 2020	Descrição da(s) Intervenção(ões) objeto de avaliação	Lista de avaliações PT 2020	Programas																Data realização	Fundo	Objeto Temático																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
			POAT	POCI	POISE	POCH	POSEUR	PONORTE	POCENTRO	POALENTEJO	POLISBOA	POALGARVE	POAÇORES	PO MADEIRA	PDR CONTINENTE	PDR AÇORES	PDR MADEIRA	PO MAR 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
39	Intervenções com contributo para a Adaptação às Alterações Climáticas: Prioridades FEDER e Fundo de Coesão: PI 5.1 - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas; PI 5.2 - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência e gestão de catástrofes; 6.2 - Investimento no setor da água; 6.4 - Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos; Prioridades PDR e do PRODERAM: P8B - apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas; P4A - restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas Natura 2000, e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de elevado valor natural, bem como do estado das paisagens europeias; P4B - melhoria da gestão da água, assim como dos adubos e dos pesticidas; P4C - prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos; P5A - melhoria da eficiência na utilização da água pelo setor agrícola; P5E - Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura; P6B - Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais; Prioridades PO MAR 2020: 1 - Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento; OE1, OE2, OE3, OE4 e OE5; 2 - Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento; OE3 e OE4; 4 - Aumentar o emprego e a coesão territorial; OE; 5 - Promover a comercialização e a transformação; OE2; 6 - Fomentar a execução da política marítima integrada; OE1.	39. Avaliação da implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									

Nota: Os produtos das Avaliações em que participa o PO Algarve estão disponíveis no site do Programa (para consultar clique no [link](#)).

ANEXO 2. MODELOS DOS QUADROS 1 E 2 A PREENCHER NO ÂMBITO DO *FOLLOW-UP* DE CADA AVALIAÇÃO

Quadro 1—SISTEMATIZAÇÃO E APECIAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES—PONTO DE SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES¶

Designação da Avaliação: *Avaliação da implementação das Medidas de Reforço da Transição para uma Economia com Baixas Emissões de Carbono (OT4)*¶

Entidade responsável pela avaliação: *Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos*¶

Data do Relatório Final: *dezembro 2020*¶

Etapa 1—Sistematização das recomendações e encaminhamento para a Entidade responsável pela avaliação: *29-01-2021*¶

Etapa 2—Apreciação das recomendações e justificação. Encaminhamento para as Entidades responsáveis pela implementação das recomendações: *08-10—13-10-2021*¶

Etapa 3—Apreciação das recomendações pelas Entidades responsáveis pela implementação das recomendações: *27-12-2021*¶

Etapa 4—Implementação do Plano de ação. Envio do último ponto de situação: *n.a.*¶

Etapa 5—Síntese do processo de *follow-up*. Data de encerramento do *follow-up*/envio para AD&C: *27-12-2021*¶

AD&C		Entidade responsável pela avaliação		Entidades responsáveis pela implementação das recomendações	
Conclusões	Recomendações	Apreciação (a)	Justificação das recomendações "Não aceites"	Designação das Entidades responsáveis pela implementação das recomendações	Apreciação (b)
C.24 Na sequência da reprogramação de 2018, as possibilidades de alcance das realizações e dos resultados contratuais, bem como das metas previstas para os PO, surgem reforçadas, mas o reporte à data de 31.05 2019, <i>n.a.</i>	1. Reforçar o apoio aos promotores para garantir o cumprimento dos objetivos do OT4 (todas as PJI)	2	-	AG-PO	2H

Justificação das opções 2 a 6¶
(e perceção dos resultados, se já identificados)¶
(Ponto de situação da implementação das recomendações (c))¶

A- AG- do POSEUR tem desenvolvido um modelo de acompanhamento e monitorização das operações: *n.a.*¶
[Face ao teor das respostas dos destinatários da recomendação, considera-se que a mesma está no estado de "A- implementada"]¶

Legenda:¶

(a) Apreciação da Entidade responsável pela avaliação

- 1- Aceite e encaminhada para conhecimento
- 2- Aceite e encaminhada para *follow-up*
- 3- Não aceite

(b) Apreciação pelas Entidades responsáveis pela implementação das recomendações

- 1- Aceite, com Plano de Ação
- 2- Aceite, sem Plano de Ação
- 3- Parcialmente aceite, com Plano de Ação
- 4- Parcialmente aceite, sem Plano de Ação
- 5- Aceite e implementada (quando as ações que decorrem da recomendação já se encontram implementadas à data de arranque do *follow-up*)
- 6- Não aceite

(c) Ponto de situação da implementação das recomendações

- A- Implementada
- B- Parcialmente implementada
- C- Implementação em curso
- D- A implementar no futuro
- E- Não implementada

Este quadro apenas é preenchido para as opções 1- *Aceite, com Plano de Ação* e 3- *Parcialmente aceite, com Plano de Ação*, do Quadro 1.¶

É preenchido em duas fases: Etapa 3b (quatro primeiras colunas) e Etapa 4 (3 últimas colunas)¶

Quadro 2—PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES E SUA MONITORIZAÇÃO¶
(para cada recomendação ou grupo de recomendações complementares e com planos de ação interdependentes)¶

Designação da Avaliação: *n.a.*¶

Entidade responsável pela avaliação: *n.a.*¶

Etapa 3b—Desenho do plano de ação para implementação das recomendações (prazo aconselhável: 6 semanas): *dd-mm-aaaa*¶

Etapa 4—Implementação e Monitorização do Plano de ação (prazo aconselhável: 6 meses): *dd-mm-aaaa*¶

Data de definição do Plano de ação/envio para a AD&C: *dd-mm-aaaa* Data de implementação do Plano de ação/envio para a AD&C: *dd-mm-aaaa*¶

Recomendação(ões): *n.a.*¶

Entidade responsável pela implementação da(s) recomendação(ões): *n.a.*¶

Ações planeadas	Resultados esperados	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva	Resultados efetivos (incluindo desvios aos resultados previstos e respetiva justificação)
1.H	H	H	H	H	H	H
2.H	H	H	H	H	H	H
H	H	H	H	H	H	H
H	H	H	H	H	H	H

¶

Recomendação(ões): *n.a.*¶

Entidade responsável pela implementação da(s) recomendação(ões): *n.a.*¶

Ações planeadas	Resultados esperados	Data de início prevista	Data de conclusão prevista	Data de início efetiva	Data de conclusão efetiva	Resultados efetivos (incluindo desvios aos resultados previstos e respetiva justificação)
1.H	H	H	H	H	H	H
2.H	H	H	H	H	H	H
H	H	H	H	H	H	H
H	H	H	H	H	H	H

¶

ANEXO 3. SÍNTESE DO FOLLOW-UP DAS AVALIAÇÕES (QUADRO 3 DO MODELO DE FOLLOW-UP)

Quadro 3 – SÍNTESE DO PROCESSO DE FOLLOW-UP DAS AVALIAÇÕES do PGA PT2020

Entidade responsável: AD&C e AG

Etapa 6 – Síntese do processo de follow-up das avaliações do PGA PT2020 – On Going

Avaliação	Entidade responsável pela avaliação	Nº de recomendações					Entidades responsáveis pelas recomendações (c)		Número de recomendações em follow-up							Data de Conclusão da Avaliação	Duração do follow-up		Principais resultados e/ou Comentários
		Total de recomendações da avaliação (a)	Total de Recomendações aceites (b)	Aceites para conhecimento	Aceites para follow-up	Não Aceites	P/ Conhecimento	P/ follow-up	1. Aceite, com Plano de Ação	2. Aceite, sem Plano de Ação	3. Parcialmente aceite, com Plano de Ação	4. Parcialmente aceite, sem Plano de Ação	5. Aceite e integralmente implementada (d)	6. Não aceite / Não respondeu	Ponto de situação da implementação das recomendações (f)		Data de Início (e)	Data de Fim	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Avaliação Intercalar Programa Operacional Regional do Algarve	PO Algarve	16	16	14	2	0	AG do PO (12) CCDR Alg (2) IEFP (2) Entidades Formadoras (2) OI (6) A&DC (5) GAL (3) CIC (2) IGF (1) DGESTE (1) IFFRU (1) BPF (1) Instituições Financeiras (1) Entidades suporte às empresas e ao	AG do PO (2) CCDR Algarve (2) IEFP (1)								Jul/22			Comentário: A Avaliação terminou no mês de julho, coincidindo com o período de negociação do programa para o próximo ciclo de programação (2021-2027). Após análise das recomendações da Avaliação, as mesmas serão enviadas para os respetivos destinatários.

							empreendedorismo (1)												
Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas	AD&C	8	8	3	5	0	Rede SI (3)	Rede SI (4) AD&C (1)		1		1		3	B (1) C (1) E (3)	Dez/2018	Ago/2019	Fev/2022	
Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de Transferência e Valorização de Conhecimento	AD&C	55	55	13	42	0	GT2030 (10) AD&C (1) Rede SI (2) Rede Ciência (1)	Rede SI (24) Rede Ciência (16) ANI (8) FCT (4) POR (2) PO CI (1)	10	8			8		A (9) B (7) C (3) D (5) E (2)	Dez/2018	Abr/2019		Comentário: dados resultantes das respostas da Rede Ciência (ANI/FCT). Faltam as da Rede SI
Avaliação do Impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	PO ISE	13	13	10	3	0	ISS (10) GT2030 (10)	ISS (1) PO ISE (2)		1			2		A (2) C (1)	Ago/2019	Nov/2019	Jan/2022	
Avaliação da implementação da Estratégia Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Primeiros Resultados	AD&C	22	22	6	16	0	ANI (3) CCDR (1) AG POR (1) GT2030 (3) IAPMEI (1) MP (1) MCoes (1) MEcon (1) MCienc (1) AD&C (1)	ANI (12) CCDR (13) Gov RA (11) AG POR (6) PO CI (4) PO CH (4) Rede SI (1)		14		1	1		A (8) D (5) E (3)	Nov/2019	Fev/2022	Abr/2022	
Avaliação da operacionalização da abordagem territorial do Portugal 2020 no contexto da convergência e coesão territorial	AD&C	17	17	7	10	0	MCT (1) MCT-SEADR (3) MP (3) MAAC (1) MMEAP (1) MAgr (1) GT2030 (4) AD&C (1) AG (1) OI (1)	MCT (1) MCT-SEADR (2) MP (1) MMEAP (1) MAgr (0) GT2030 (6) CCDR (4) POR (1) AD&C (1) Rede DinâmRegio (1)	1	9					A (2) C (8)	Dez/2019	Fev/2022	Abr/2022	
Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020	AD&C	48	48	8	40	0	GT2030 (6) AD&C (2)	Rede SI (34) OI (1) AD&C (3) PO CI (3)								Dez/2019			Comentário: Quadro 1 aguarda validação e envio para destinatários das recomendações

Avaliação da Implementação das Medidas de Reforço da Transição para uma Economia com Baixas Emissões de Carbono (OT4)	PO SEUR	28 (60 sub)	58 su b	42 su b	16 su b	2 su b	AG PO (9) IFRRU (1) AD&C (28) IGF (1) COM (1) MP (2) MF (2) MAAC (17) MIH (1) Gov RA (12) CCDR (4) DGEG (17) ADENE (7) DRETRAM (14) DREAçores (15) AREAM (6) APA (1) IMT (2)	AG PO (12) IFRRU (0) AD&C (3)		5			11		A (10) B (1) C (2) D (3)	Dez/2020	Out/2021	Dez/2021	
Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo , a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens	PO CH	56	55	18	37	1	AG (8) ME (49) MP (2) MTSSS (1) ANQEP (1) DREMad (25) DREAç (25) PNPSE (11) CCDR (16) DGEEC (2) DGE (4) DGAE (3) AD&C (1)	ANQEP (10) PNPSE (7) DGEEC (1) DGESTE (10) DGE (6) DGAE (1) PlanAPP (2)								Abr/2021			
Avaliação da aplicação dos custos simplificados	AD&C	8	8	0	8	0		AD&C-NS (8) AG (1)					8		A (8)	Mai/2021		Abr/2022	
Avaliação do contributo dos FEEI para a modernização e capacitação da administração pública	AD&C	13														Dez/2021			
Avaliação das medidas de promoção de Inovação social	PO ISE	48	48	32	16	0	GT2030 (31) BPFomento (3)	EMPIS (15) MPFomento (3)								Fev/2022			
Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e	PO CH	27	27	10	17	0	MCT (20) MP (16) ME (1) IEFP (16)	IEFP (4) ANQEP (12) AD&C (1)								Mar/2022	Out/2022		

(re)inserção no mercado de trabalho dos adultos							ANQEP (6) CES (9) DGERT (12) DGEstE (11) DGE (12) AD&C (9) DGEEC (4)											
Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a melhoria das qualificações e melhoria da qualidade dos empregos dos adultos empregados	PO CH	19	19	6	13	0	MCT (6) MP (14) ME (13) MTSSS (13) IEFP (10) ANQEP (5) CES (7) DGERT (10) DGEstE (7) DGE (6) AD&C (4) DGEEC (3)	IEFP (3) ANQEP (5) AD&C (4) DGEEC (1)							Mar/2022	Out/2022		

Legenda:

- a) Recomendações previstas no Quadro 1 do *Follow-up*. Quando as recomendações se desdobram em sub-recomendações ou alíneas, estas devem ser contabilizadas individualmente (ex. uma recomendação com 3 alíneas / sub-pontos é contabilizada como 3 recomendações)
- b) Número total de recomendações aceites, quer para conhecimento quer para *follow-up*. Não corresponde necessariamente ao somatório das duas colunas seguintes, uma vez que, em alguns casos, a mesma recomendação é simultaneamente dirigida para conhecimento de uma(s) entidade(s) e para *follow-up* de outra(s).
- c) O somatório das recomendações do conjunto de entidades pode ser superior ao número de recomendações aceites, uma vez que algumas recomendações podem ser dirigidas a mais que uma entidade.
- d) Quando as ações que decorrem da recomendação já se encontram implementadas, à data de arranque do *follow-up*.
- e) Data de envio das recomendações (Quadro 1 e *template* do Quadro 2) para as entidades responsáveis pela sua implementação
- f) Legenda: A. Implementada; B. Parcialmente implementada; C. Implementação em curso; D. A implementar no futuro; E. Não implementada.